



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 09.11.2021

INÍCIO: 19h13min

PRESIDENTE: SR. LUIZINHO GOEBEL
SR. JEAN OLIVEIRA
SR. DR. NEIDSON

SECRETÁRIO: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 47ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Acatada a dispensa da leitura da ata.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 123/2021 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 303. Dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade - SUPER em Contabilidade Geral do Estado - COGES, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 19 de dezembro de 2017 e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 697, de 26 de dezembro de 2012 e Lei Complementar nº 911, de 12 de dezembro de 2016.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Primeira matéria a ser deliberada na 47ª Sessão Extraordinária. Projeto de Lei Complementar 123/2021 Poder Executivo/Mensagem 303, em segunda votação. Avotação é nominal.

Solicito ao Senhor Secretário fazer a chamada dos deputados para a votação.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró vota "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Cirone Deiró vota "sim".

Como vota o Deputado Jair Montes? Deputado Jair Montes, como vota?

Como vota a Deputada Cassia Muleta?

A SRA. CASSIA MULETA (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - "Sim". Voto "sim".

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Deputado
Jair Montes vota "sim".

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Voto "sim",
Deputado Luizinho "sim".

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Deputado
Jair Montes "sim".

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Deputado Jair
Montes "sim".

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Presidente, meu voto,
novamente, meu voto é contrário.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- não votou
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim

- Deputado Eyder Brasil - sim
- Deputado Ezequiel Neiva - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - ausente
- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Mendonça - sim
- Deputado Jean Oliveira - não votou
- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon - não votou

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - **Mensagem 303, Projeto de Lei Complementar 123/2021 aprovado. São 14 votos, sendo 13 votos favoráveis e 1 voto contrário do Deputado Lazinho. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 121/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 293. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 620, de 20

de junho de 2011; nº 767, de 4 de abril de 2014 e nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 121/2021 do Poder Executivo/Mensagem 293. Voto nominal. Registrem os seus votos. Um voto contrário do Deputado Lazinho.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Cirone Deiró vota "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - Deputado Marcelo Cruz, "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota Deputado Jair Montes? Deputado Jair Montes, como vota?

Como vota Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - "Sim". Voto "sim".

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Voto "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Jair Montes vota "sim".

Como vota a Deputada Cassia Muleta? Como vota a Deputada Cassia Muleta?

A SRA. CASSIA MULETA (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Eyder Brasil vota "sim".

Faltam o Deputados Dr.Neidson, Anderson. Cadê a Deputada Rosângela?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Deputado Jhony, Deputado Jean. Deputado Ribamar Araújo. Deputada Rosângela.

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Anderson vai votar para dar os 13 votos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Com 13 votos favoráveis e um voto contrário, Projeto de Lei Complementar 121/2021 aprovado e vai ao Expediente. Com o Deputado Anderson, então mais um voto.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Eu voto "sim", Presidente.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Jhony Paixão	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente

- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon - não votou

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - **São 13 votos favoráveis e um voto "não", portanto, Projeto de Lei Complementar 121/2021 aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 124/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 304. Dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, e altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 124/2021 do Poder Executivo/Mensagem 304. Matéria em segunda votação. Deputados, favor registrar suas votações.

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Eyder Brasil vota "sim".

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Deputado Eyder Brasil, "sim".

Deputado Luizinho vota "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Adelino vota "sim".

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró vota "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Jair Montes?

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Marcelo Cruz?

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - Voto "sim".

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota a Deputada Cassia Muleta?

A SRA. CASSIA MULETA (Por videoconferência) - Voto "sim", Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Como vota o Deputado Laerte Gomes?

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Voto "sim", Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Deputado Laerte Gomes vota "sim".

Deputado Jean Mendonça para registrar.

Deputada Rosângela Donadon, como vota?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não votou

- Deputado Eyder Brasil - sim
- Deputado Ezequiel Neiva - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - ausente
- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Mendonça - sim
- Deputado Jean Oliveira - não votou
- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazineho da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo -ausente
- Deputada Rosângela Donadon - não votou

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - **Com 13 votos favoráveis e um voto contrário, o Projeto de Lei Complementar 124/2021 está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 110/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 205. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 110/2021 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 205. Matéria em segunda discussão e votação. Os deputados favoráveis votam "sim", os contrários votam "não".

O SR. EYDER BRASIL -Deputado Eyder Brasil vota "sim".

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Luizinho vota "sim".

(Às 19 horas e 22 minutos, o Senhor Luizinho Goebel passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Como vota o Deputado Alan Queiroz? Pode responder no microfone aí. Eu peço para equipe técnica prestar atenção ao voto dos deputados. Deputado Alan Queiroz.

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - Deputado Laerte Gomes vota "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Adelino Follador, como vota? É outra votação.

Deputado Adelino Follador, "sim".

Como vota o Deputado Eyder Brasil? Já está aqui.

Deputado Jean Mendonça, como vota?

O SR. JAIR MONTES *(Por videoconferência)* - Deputado Jair Montes, "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cassia Muleta, como vota?

A SRA. CASSIA MULETA *(Por videoconferência)* - Voto "sim", Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Registrado, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cassia Muleta vota "sim".

Deputado Jean Oliveira vota "sim".

Deputado Cirone Deiró como vota?

Deputado Jair Montes como vota?

Deputado Lazinho da Fetagro, como vota?

O SR. JAIR MONTES *(Por videoconferência)* - Deputado Jair Montes, "sim".

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Voto "não". **(fora do microfone)**.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Lazinho da Fetagro "não".

Deputado Jair Montes como vota?

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Voto "sim".

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Jair votou "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - O Deputado Jair votou "sim".

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- não votou
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Ismael Crispin	- sim

- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Mendonça - sim
- Deputado Jean Oliveira - sim
- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon -sim

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - **Projeto de Lei Complementar 110/2021 aprovado por 14 votos "sim" em segunda discussão e votação. Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 122/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 294. Altera e acresce Anexos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 122/2021 em segunda discussão e votação. para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os

favoráveis votarão "sim" e os contrários votarão "não".
Está aberto o painel.

Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró votou "sim", viu? Caiu a internet aqui, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Está travado aqui o painel.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Presidente, Deputado Cirone Deiró votou "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só um pouquinho, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Está bom. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - Presidente, deixar registrado. Deputado Laerte Gomes, "sim". A internet aqui está oscilando também. Já registra meu voto "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Senhores Deputados, o painel já está aberto. Para quem for votar favorável vote

"sim". Contrário vote "não". Painel está aberto. Os deputados que estão de forma remota vou começar a chamada.

Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - "Sim".
Deputado Cirone Deiró vota "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cassia Muleta, como vota?

Deputado Jair Montes, como vota?

A SRA. CASSIA MULETA (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Presidente.

O SR. JAIR MONTES (*Por videoconferência*) - Voto "sim",
Deputado Jean. Voto "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Laerte Gomes, como vota?

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - "Sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Marcelo Cruz, como vota?

O SR. MARCELO CRUZ - (Por videoconferência) - "Sim".

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Eyder Brasil vota "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Adelino Follador, como vota?

O SR. ADELINO FOLLADOR - "Sim". **(fora do microfone)**.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Adelino Follador vota "sim".

Deputado Lazinho da Fetagro. Não registrou não. Não está registrado, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Voto "não", então, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Lazinho, "não".

Deputado Luizinho Goebel, como vota?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Luizinho, "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON - Voto "não", Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Vota "não" o
Deputado Dr. Neidson.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim

- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon - não votou

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - **Projeto de Lei Complementar 122/2021 está aprovado em segunda discussão, com 14 votos favoráveis. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 120/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 292. Altera dispositivos da Lei nº 972, de 15 de maio de 2001 e Anexos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 120/2021 de autoria do Poder Executivo. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não".

Abre o painel para mim, por favor. O painel está aberto. Os deputados poderão votar "sim" ou "não".

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Presidente, registra a minha presença aí, "sim". Eu apertei aqui, mas não está indo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Está registrada a presença. E o voto da senhora é "sim"?

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - "Sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Voto "sim".

Deputada Cassia Muleta, como vota?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Adelino, "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró vota "sim", Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Eyder Brasil, como vota?

O SR. EYDER BRASIL - "Sim".

A SRA. CASSIA MULETA (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cassia Muleta, "sim".

Deputado Jair Montes, como vota?

Deputado Laerte Gomes, como vota?

Deputado Luizinho, como vota?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Voto "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Marcelo Cruz, como vota?

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - "Sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) -Deputado Laerte Gomes e Deputado Jair Montes, como votam?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente

- Deputado Anderson Pereira - sim
- Deputada Cassia Muleta - sim
- Deputado Chiquinho da Emater - ausente
- Deputado Cirone Deiró - sim
- Deputado Dr. Neidson - sim
- Deputado Eyder Brasil - sim
- Deputado Ezequiel Neiva - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - ausente
- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - não votou
- Deputado Jean Mendonça - sim
- Deputado Jean Oliveira - sim
- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - não votou
- Deputado Lazinho da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon - sim

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - **Projeto de Lei Complementar 120/2021 está aprovado em segunda discussão e votação com 14 votos favoráveis. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1343/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 212. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de RS 2.694.724,60, e cria Ação em favor da Unidade Orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN - RS - SEFIN.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 1343/2021. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1385/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 235. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de 1.977.960,00, e cria Ação em favor da Unidade Orçamentária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 1385/2021. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1361/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 220. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 2.929.753,46, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 1361/2021. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - Presidente Jean, Presidente Jean. Tem mais alguma nominal?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 119/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 291. Altera e acresce dispositivos e Anexo da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 119/2021. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não". Painel está aberto.

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Eyder Brasil vota "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cassia Muleta, como vota?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Adelino, "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Cirone Deiró, como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró vota "sim".

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente. Só para comunicar aos colegas que o Secretário de Saúde está aguardando aqui, depois vai ser ouvido aqui.

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) - Eu voto "sim" Presidente. Registra o meu voto aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Luizinho Goebel, como vota?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - "Sim". Deputado Luizinho, "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Jean Mendonça, como vota?

O SR. JEAN MENDONÇA - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Jean Mendonça vota "sim".

Deputado Jair Montes, como vota?

Deputado Laerte Gomes, como vota?

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Eu voto "sim".

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Laerte Gomes vota "sim".

Deputado Marcelo Cruz, como vota?

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Voto "sim".

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Alex Silva	- ausente

- Deputado Anderson Pereira - sim
- Deputada Cassia Muleta - não votou
- Deputado Chiquinho da Emater - ausente
- Deputado Cirone Deiró - sim
- Deputado Dr. Neidson - sim
- Deputado Eyder Brasil - sim
- Deputado Ezequiel Neiva - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - ausente
- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - não votou
- Deputado Jean Mendonça - sim
- Deputado Jean Oliveira - sim
- Deputado Jhony Paixão - ausente
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - não votou
- Deputado Lebrão - ausente
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - sim
- Deputado Ribamar Araújo - ausente
- Deputada Rosângela Donadon - sim

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - **Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei Complementar**

119/2021, está aprovado, com 14 votos favoráveis. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1330/2021 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a proibição do ato de fotografar, filmar, publicizar em rede social ou praticar qualquer outro meio capaz de capturar e/ou divulgar imagens que exponham pessoas acidentadas ou em situação vexatória.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 1330/2021 de autoria do Deputado Adelino Follador.

Eu só quero aqui parabenizar - ainda que em segunda discussão e votação -, o Deputado Adelino Follador pela matéria. Eu quero dizer que muitos programas utilizam a imagem de pessoas sem qualquer sentido. Não estou aqui generalizando, porque muitas vezes os programas de televisão têm caráter positivo, que é levar o conhecimento, dar notoriedade do que é um acidente, levar ao conhecimento da família, muitas vezes. Mas, muitas outras vezes é utilizado como forma de captar audiência.

Então, parabéns Deputado Adelino Follador e votarei "sim", com toda certeza.

Não havendo quem queira mais discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria. Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1409/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 253. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 3.500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em segunda discussão e votação. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Senhor Presidente Jean Oliveira, Questão de Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Tem mais algum Projeto de Lei Complementar ou não?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Acabou. Acabaram todos.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Obrigado, Excelência. Obrigado e desculpa aí alguma coisa que eu falei para Vossa Excelência.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Laerte, só tem a convocação do Secretário de Saúde sobre aquelas cirurgias do Irmã Marcelina.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - Não há mais matérias a serem lidas, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente. Só agradecer a todos os deputados pela dedicação, empenho e o comprometimento. São vários Projetos do Governo do Estado de Rondônia e que para aqueles que nos assistem, para aqueles que vão ficar sabendo desses Projetos pela imprensa, pela mídia, pode ter a grande certeza que todos esses Projetos vão contemplar o cidadão rondoniense. Esse é um trabalho de comprometimento dos deputados estaduais de Rondônia na parceria de trabalhar por Rondônia junto ao Governo do Estado de Rondônia. Obrigado. Obrigado, Presidente Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado, líder Deputado Luizinho. Encerrada a Ordem do Dia.

Senhores Deputados, neste momento transformo esta Sessão Extraordinária em Comissão Geral, para que possamos ouvir o Senhor Secretário de Estado da Saúde Fernando Máximo, para prestar esclarecimentos em Sessão, sobre a possibilidade de realização de cirurgias de lábios leporinos e fenda palatina.

Convido os autores do Requerimento a assumir a presidência neste momento, para conduzir a Comissão Geral.

(Às 19horas e 34 minutos, transforma-se esta Sessão em Comissão Geral e o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Dr. Neidson)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vou solicitar ao Deputado Jean Oliveira que possa conduzir o Secretário de Saúde até aqui ao plenário.

Secretário, boa noite. Boa noite a todos, também, que estão presentes. O motivo desta convocação foi a Operação Sorriso. Nós temos aí, tivemos uma reunião também com alguns dos responsáveis, e nos disseram que temos a situação que vai ser realizada, estava marcada e agendada para dezembro, para a realização de cirurgias de lábio leporino e fenda palatina, mas, infelizmente, foi solicitado pelo Governo do Estado para que sejam realizadas, não no Santa Marcelina, mas, sim, no Hospital de Campanha, que é o Regina Pacis.

E a comunicação que tivemos com relação às pessoas que estão envolvidas é que para realizar o cadastro - não é o cadastro - é, praticamente, a liberação do hospital para realizar as cirurgias eletivas, não é essa palavra, mas a habilitação do hospital tem que vir um biomédico,

diretamente do México, que faz parte da Operação Sorriso. São vários profissionais de saúde que realizam essas cirurgias e têm que ter uma habilitação. E o único hospital que é habilitado, hoje, é o Hospital Santa Marcelina. E estava agendado para dezembro deste ano para realizar essas operações, e que se fosse feita a solicitação, realmente, para realizar essas cirurgias de dezembro, não teríamos tempo hábil para fazer a habilitação do Hospital Santa Marcelina.

Não sei se o Deputado Adelino Follador que falar mais alguma coisa? A Operação Sorriso, os médicos do Estado, segundo informações, realizam quatro cirurgias de lábio leporino e fenda palatina por mês. Três ou quatro cirurgias, segundo informações. E a previsão da Operação Sorriso era de 60 cirurgias em duas oportunidades: dezembro e fevereiro.

Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Não, só cumprimentar o Secretário. Nos preocupa muito essa situação e acho que nós temos que ouvir o Secretário junto com os assessores aí, para ver se já existe mesmo essa definição. Nós temos, inclusive, os deputados, agora, foi muito puxado, acabaram saindo. Mas foi discutido na reunião passada e foi convocado por todos os deputados desta Casa.

Então, é uma preocupação muito grande de a gente perder e a gente conhece vários pacientes e que estão aguardando com muita ansiedade para resolver esse problema e acho que nós vamos ouvir o Secretário para que a gente possa questionar mais, se for o caso. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Não sei se a Deputada Rosângela Donadon quer fazer uso da palavra, também.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Presidente, só parabenizar toda a equipe da Secretaria, em nome do nosso Secretário Fernando Máximo. Parabenizar a ele pelo evento, até o Deputado Dr. Neidson estava em Vilhena, quando teve lá no CER (Centro Especializado em Reabilitação), foi "Saúde no Interior", não é Secretário? Mil consultas, mil pacientes passaram ali pelo CER em Vilhena, ali de toda região. Mais uma vez parabenizar pelas ações do governo, através da Secretaria de Saúde. Está de parabéns. Obrigada, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Secretário, pode ficar à vontade aí, para prestar os esclarecimentos.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Boa noite, Deputada Rosângela Donadon. Muito obrigado pela homenagem pelo evento. Realmente, o evento foi importante, aconteceu em Vilhena e vai acontecer em várias outras cidades, agora, do Estado de Rondônia. Muito obrigado. Obrigado pela presença, inclusive.

Boa noite, Deputado Dr. Neidson, Deputado Adelino Follador, Deputado Luizinho Goebel. Boa noite a todos os servidores da Assembleia Legislativa que aqui estão.

O Dr. Luiz, que está acompanhando o processo mais de perto, vai fazer as colocações sobre esse processo da cirurgia do lábio leporino.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Boa noite a todos, meu nome é Luiz Eduardo. Sou médico, faço parte da Assessoria Técnica do Secretário Fernando Máximo. A gente, já tem mais ou menos uns dois meses, que já vimos cuidando dessa questão do mutirão de cirurgia de lábio leporino e fenda palatina. Esse mutirão é feito através de uma cooperação técnica. Nós temos uma cooperação técnica entre o Santa Marcelina, ONG Internacional e a Secretaria de Estado de Saúde.

Então, o que aconteceu? O contrato venceu em 2020. E, com isso, a gente teve que renovar esse contrato, o convênio, aliás, para poder realizar as cirurgias, não é? Então a gente está em trâmite de finalização. A parte da Sesau já está toda pronta. A parte da ONG também já está toda pronta. E a gente está aguardando somente a documentação do Santa Marcelina.

O Hospital Santa Marcelina é um hospital, realmente, que é habilitado para poder realizar esse tipo de cirurgia. Essa equipe, antes da equipe vir do restante dos Estados, realmente veio uma equipe fazer toda essa vistoria, porque a gente precisa de todas as condições necessárias. Por quê? A gente precisa de alojamento para as crianças, que nem sempre é uma semana. As crianças vêm do interior, precisam ficar hospedadas. A equipe, além de fazer as cirurgias, fazem também o acompanhamento daquelas outras crianças que foram operadas. Nem sempre essa cirurgia é feita em um tempo só, precisa de dois ou três tempos. Então, essa criança passa pelo ambulatório antes, que foi operada de outra vez, para poder dar continuidade nisso.

Então é só um ajuste técnico, realmente. Eu acho que é uma questão que praticamente está resolvida. A gente não vai mudar a data. A data vai ser do dia 6 ao dia 10 de dezembro. E são, aproximadamente, Presidente, 30 cirurgias

que vão ser feitas. Era só uma questão de trâmite burocrático mesmo, de renovação de convênio.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Então vai ser no Santa Marcelina?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Sim, sim. A gente está aguardando somente, ontem e hoje a gente está acelerando com isso. Hoje à tarde a gente sentou com a equipe do Hospital de Base, e a gente está só aguardando. A parte da Sesau está toda pronta. A gente está só aguardando a parte do Hospital Santa Marcelina mandar a documentação para, novamente, celebrar o convênio e as crianças serão operadas em dezembro.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - E o segundo período, que eu acho que era fevereiro ou era março, vai ser feito lá também?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - É, vai ser feito com a renovação do convênio. O convênio é feito anualmente. Por que ele é feito anualmente? Porque a equipe tem que vir certificar, é uma ONG Internacional, então ela precisa vir certificar se o hospital está apto a receber a equipe.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Até nos comunicaram também da hospedagem que o Santa Marcelina oferece, também a toda família, às crianças que ficam lá e no acompanhamento.

Então esse é um problema que já foi resolvido. Acredito que essa parte já...

O SR. ADELINO FOLLADOR - A nossa preocupação é essa. Acho que a principal... Nos preocupar, não sei nem por que então, esse drama foi feito, mas esperamos, então, que...

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Sim, sim.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Nos preocupou a situação que nos foi colocada, porque disse que o Estado estava solicitando que fossem realizadas no Regina Pacis, mas que não era habilitado, e o risco de perder era muito grande.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - É. Foi, e a gente teve umas reuniões e uma das reuniões a gente teve um pensamento, mas não teve nenhuma tratativa de fim disso. Por quê? Porque o Regina Pacis realmente não tem essa acomodação para as crianças, não é?

Então, com a renovação do convênio, posteriormente, sem ser agora, pela questão da data, pode-se até pensar em uma cooperação para ser no Regina Pacis.

O SR. ADELINO FOLLADOR - A médio e em longo prazo.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - A médio e em longo prazo. Sim. Mas a priori, não.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Inclusive, eles mesmos falaram que não tem nenhum óbice em não realizar no Regina Pacis. O problema é o tempo para cadastrar para habilitação, que eles não têm. Pode ser realizado uma parte agora aqui, depois pode ser tranquilamente. Só que vem essa situação da hospedagem dos familiares. Só se o Estado oferecer hospedagem também.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - O que demorou um pouquinho mais é porque as AIHs, que são as Autorizações de Internação Hospitalar, elas têm que ser pagas pelo Estado, é a cooperação técnica. Como o convênio não estava celebrado e estava vencido, a gente foi na Procuradoria, com o Dr. Horcades, juntou com a parte jurídica, para ver se poderia, de alguma forma, fazer a assinatura dessa AIH. Mas só é necessário com a celebração de novo convênio. Então, agora vai celebrar o novo convênio; vai ser renovado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Está tudo Ok, então.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Ok. Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Só que eu não peguei tudo aqui. Estão passando umas informações a respeito das votações. Foi retirado do Santa Marcelina por que motivo?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Não. Vai ser lá.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Sim, mas foi retirado? Só para...

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Não foi retirado. É porque em 2020 não teve a cirurgia devido a pandemia. Então o convênio venceu. Só tem que ser o convênio agora renovado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - É o que a gente está trabalhando nisso agora.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - O Regina Pacis era, foi feita uma Indicação para serem realizadas cirurgias no Hospital Regina Pacis, que é o hospital de campanha, só que ele não é credenciado. E o único hospital credenciado que nós temos é o Santa Marcelina.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Doutor, como o senhor falou que ele tem que ser renovado, esse contrato, mas já tem uma data prevista? Mas é certeza, então, que vai ser renovado?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - É certeza. A parte da Sesau está toda pronta. A gente está aguardando somente o

Santa Marcelina encaminhar a documentação dele. Com isso, em uma hora, o contrato é renovado.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Ah, ótimo. São quantas cirurgias mesmo?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - São 30 cirurgias que serão feitas, e tem mais as crianças que serão atendidas para pré-operatório, para uma próxima etapa, e aquelas que já tiveram o primeiro ato cirúrgico, será feita uma consulta para um possível próximo ato cirúrgico.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON - Ótimo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Essas 30 já estão todas cadastradas?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Já. Todas cadastradas. Cadastradas, acompanhadas. Dentro do Hospital de Base tem um núcleo que cuida, durante a ausência da ONG, existe todo um acompanhamento. Nós temos representantes aqui. Temos Dr. Alexei, que é cirurgião plástico, que faz parte da equipe, e durante o ano ele vai acompanhando essas crianças. Temos uma equipe também de fonoaudiólogo, fisioterapeutas, que são funcionários do Estado que fazem o acompanhamento anual dessas crianças, o ambulatório delas.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputada Rosângela, eu peço perdão. Eu achei que a senhora estivesse na tela falando on-line. Eu estava olhando aqui para a câmera. Não olhei para a senhora. Desculpe. Falei com a senhora, agradecendo, e olhando para lá. Achei que a senhora estava on-line. Desculpa. Geralmente, os deputados ficam aqui, não é? Eu não prestei atenção. Desculpa.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Era o principal. Nós temos tanto para falar de saúde, mas acho que hoje... O assunto principal, a preocupação que nós discutimos aqui foi esse e com certeza outras demandas que nós temos da saúde, e o Dr. Fernando sabe que a coisa está difícil. Poderia até falar como estão essas cirurgias eletivas. O senhor falou que ia retomar a partir de terça-feira, não foi? O senhor podia falar alguma coisa, como está?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Secretário, vamos aproveitar a sua vinda aqui. Deixe-me colocar algumas situações que não estão realizando no Estado primeiro, Secretário, para termos aqui alguns esclarecimentos.

Está faltando o procedimento de litotripsia, como está andando esse processo? Vai ser contratado outra empresa ou não vai? A aplicação, os trabalhos, as cirurgias e consultas de joelho também, de ortopedia do grupo de joelho também parece que estão paradas no Estado. Não sei como está andando essa situação. A aplicação de lucentes a gente já vem cobrando essa situação há algum tempo das aplicações intravítreas para evitar as hemorragias retinianas também. Como está a situação?

A escopia do Centro Cirúrgico do Hospital Base também está com defeito, falta de material cirúrgico para cirurgias gerais. As cirurgias de ortopedia com demora... Eu estive até lá em Cacoal, fiz a visita, andei pelo hospital, vi os corredores cheios de pessoas aguardando cirurgias e a reclamação é a mesma: A demora ainda nas cirurgias ortopédicas.

Saiu uma matéria lá em Guajará-Mirim, que eu falei até na tribuna, de um rapaz que teve uma fratura de platô, e a matéria tem 37 dias. Estava dizendo que aguardou 37 dias, aguardando cirurgia ortopédica, não fez ainda e agora estão fazendo vaquinha para poder pagar a cirurgia desse rapaz lá de Guajará-Mirim. E não só de lá, mas de outras pessoas que estão aguardando cirurgias ortopédicas. Como está essa situação e o que o Estado vai fazer para tentar amenizar essa situação das cirurgias também?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Bom, são várias situações que o senhor elencou aí. O Deputado Follador falou das cirurgias...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Cirurgias eletivas.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eletivas. As cirurgias eletivas começaram no começo do mês de agosto. Está se operando muito mais cirurgias eletivas do que se operava antes da pandemia. Agora, as filas, realmente, estão muito maiores. As filas já eram grandes antes da pandemia, depois ficou, Brasil e o mundo inteiro ficaram mais de um ano sem operar cirurgias eletivas. Obviamente, as filas aumentaram. Nós estamos fazendo mais do que fazíamos antes,

diariamente, e alguns pontos focais, por exemplo: sábado e domingo passado nós tivemos com o Projeto "Saúde no Interior" lá em Vilhena. Levamos especialistas, 11 especialidades médicas e fizemos consultas e cirurgias. Um pequeno mutirão lá para atender a região do...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Secretário. O senhor já está falando da questão do interior de Vilhena. Gostaria que o senhor me passasse quantas consultas vocês realizaram em Vilhena e quantas cirurgias eletivas. Se o senhor tiver essa informação.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem o relatório aí, Luiz? Por favor.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Em relação às consultas eletivas foram aproximadamente mil consultas, dentre elas, neurologia, oftalmologia...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O senhor falou que fizeram mil?

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Aproximadamente mil.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas, o senhor está mentindo, o senhor sabe disso, não é? Não. Não é aproximado mil. Eu quero que o senhor fale a verdade, aqui. Aqui, o senhor tem fé pública e aqui o senhor é obrigado a falar a verdade ou

o senhor pode responder criminalmente. Aqui o senhor tem que falar a verdade.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Aproximadamente mil procedimentos. Foram feitos aproximadamente mil procedimentos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Solicitar, Presidente, Deputado Dr. Neidson, um Requerimento. Eu quero saber, oficialmente, quantas cirurgias foram realizadas em Vilhena, eu também quero saber quantas consultas especializadas foram realizadas em Vilhena e eu quero saber o custo que foi para realizar esse *fake da saúde* em Vilhena. Isso é um *fake da saúde* em Vilhena. Por quê? Eu pedi à Secretaria de Estado da Saúde, ao próprio Dr. Fernando Máximo, Secretário de Estado, que ficasse três dias em Vilhena. Ficaram um dia em Vilhena. Porque foram no sábado, começaram a atender depois do evento, que já eram mais de 10 horas da manhã, e no outro dia nem até meio-dia ficaram atendendo. Então, é inaceitável. Tem gente morrendo, tem gente sofrendo. Tem choro, tem desespero, tem clamor, tem ranger de dentes. E eu vou ser bem sincero, Dr. Fernando, quero falar aqui, eu já me reportei ontem à Casa Civil sobre isso. Eu estou há muito tempo na Assembleia Legislativa. Muito tempo eu estou aqui. A Saúde nunca teve solução, sempre teve problema. Eu, particularmente tive problema pessoal com diversos Secretários, chegando ao ponto de um Secretário de Saúde ser homenageado por esta Casa com a honraria de Título de Cidadão Honorífico do Estado e, na presença dele, quando ele já tinha a maioria dos votos aprovando essa honraria, eu contestei e falei que jamais poderia dar um Título de Cidadão Honorífico para um

cidadão que vê as pessoas morrendo e a solução não é apresentada. E o que eu posso afirmar hoje, aqui, neste momento, que de todos esses tempos, o pior momento que nós estamos vivendo na Saúde é neste momento. Exatamente eu posso afirmar isso por causa da pandemia. Porque era no momento da pandemia que não poderia fazer cirurgia eletiva, que não poderia fazer consultas de especialista, na sua grande maioria, se não fosse de emergência, que tinha tanta coisa que não poderia fazer. Era o momento de ter foco. A equipe da Sesau-Rondônia ter foco para apresentar uma solução, não quando nós estamos chegando no último ano do primeiro mandato nosso, Governador Marcos Rocha – que eu acredito na reeleição do Governador Marcos Rocha –, mas chegar ao apagar das luzes do terceiro ano e chegar aqui com a justificativa que não conseguiram contratar serviço. E não foi falta de avisar, não. Eu particularmente falei muitas vezes isso. Falei isso na Comissão de Saúde. Falei isso na tribuna, falei dentro da Secretaria, falei isso em todos os setores do governo. Então, é inaceitável.

Hoje, por exemplo, hoje, eu recebi relato de município do interior que tem ser humano estocado. Imagine o que estou falando. Ser humano estocado nos hospitais do interior, que são pacientes de responsabilidade do Estado, que entram lá com um simples problema de ortopedia, de uma cirurgia muitas vezes simples, clavícula, fêmur e entra lá com uma cirurgia e muitas vezes está saindo lá morto. Por quê? Porque vem problema renal, vem problema pulmonar, vem problema de infecção hospitalar, vem Covid. Por quê? Porque esses pacientes parecem que estão entrando na rede pública estadual para morrer.

Então eu, sinceramente, eu não aguento mais! Eu não tenho mais desculpa para falar para o povo que está morrendo! Eu não tenho mais desculpa para falar para o povo

que está sofrendo! Eu não tenho mais como aceitar, depois de 3 anos, vir aqui e falar que estão planejando, que estão buscando atendimento. Então, realmente, isso é inaceitável.

E se vocês acham que têm como contestar essa atrocidade, essa realidade que nós estamos vivendo, vocês podem contestar, mas nós vamos sair daqui e nós vamos para dentro dos hospitais agora para mostrar a realidade dos hospitais. Essa é a proposta que eu tenho para fazer, se vocês acham que dá para me contestar nesta noite.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Secretário, quer falar alguma coisa ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, continuando as explicações das perguntas que o senhor fez. Nós fizemos o "Saúde no Interior", lá em Vilhena. Foi o primeiro que nós fizemos pós-pandemia no interior. O objetivo é levar atendimento mais próximo das pessoas. Tinha uma expectativa de fazer 1.000 consultas com médicos especialistas. Foram feitas 1.400 aproximadamente atendimentos, porque foram realizados eletros, foram realizados outros procedimentos, além das consultas. Não se atingiu, nesse primeiro evento, realmente as 1.000 consultas pretendidas. A gente espera, na próxima semana, em Rolim de Moura, fazer o que a gente pretende fazer. É uma questão de logística, é uma questão de transportar médicos para o interior. Isso não é fácil. Médicos especialistas. Como o Dr. Luiz falou, levamos urologistas, 2; neurologista; 2 endocrinologistas; levamos ainda oftalmologistas; ortopedista; cirurgião-geral; urologista já falei; infectologista; pediatra e geriatra.

Concordo que não atendeu todas as consultas pretendidas, mas era o primeiro que estava sendo feito agora no pós-pandemia, com algumas dificuldades de levar médicos. No próximo, em Rolim de Moura, já é o segundo, já vai estar mais estruturado. A gente acredita atingir a meta de 1.000 consultas. Procedimentos foram mais de 1.000 dessa vez já. Consultas, 1.000 consultas com médicos especialistas e estaremos andando em outras regiões. De Rolim de Moura a gente vai fazer ainda Buritis, São Francisco do Guaporé, Ji-Paraná, Ariquemes, tentando levar consultas para atender essas pessoas que ficaram com as filas muito maiores agora pós-pandemia, exatamente pelo fato de durante a pandemia não se ter atendido essas pessoas na quantidade que deveria, a grande maioria não foi atendida nem com cirurgias.

Esse é um problema sério, como o Deputado Luizinho Goebel falou, um problema que piorou por causa da pandemia, piorou muito. Não é um problema exclusivo de Rondônia. Na reunião dos Secretários Estaduais é o mesmo problema nos 27 Estados do Brasil, 26 Estados e Distrito Federal. As filas estão realmente muito grandes, os hospitais realmente estão cheios, as consultas Brasil inteiro – na verdade é um problema do mundo, mas eu estou falando Brasil –, porque a gente participa das reuniões com os Secretários e é uma outra pandemia agora, é uma outra epidemia as filas de cirurgias e as filas de consultas. E estamos tentando solucionar com cirurgias, com consultas. Aumentamos o número de cirurgias eletivas que estão acontecendo, mas realmente as filas estão grandes e o senhores têm toda razão no que estão dizendo.

Então, além do Projeto "Saúde no Interior", que é esse projeto que leva consultas de especialistas, nós estamos

indo agora, por exemplo, para Rolim de Moura com 11 especialidades. São médicos das áreas de...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vamos colocar logo em votação o Requerimento do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Se fosse possível eu queria fazer uma pergunta ao Doutor Fernando ou ao outro médico.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vamos colocar logo em votação e aí já passamos a palavra.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Tudo bem.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Os deputados favoráveis ao Requerimento do Deputado Luizinho Goebel permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Aprovado.

Vamos encaminhar o Requerimento, vamos assinar juntos, Deputado, para fazer as indagações que são: quantitativo de consultas, quantitativos de procedimentos, quantitativos de cirurgias realizadas, qual o gasto de forma detalhada para realizar esse Projeto "Saúde no Interior", com todos os gastos para que a gente possa ter uma ideia. Talvez até indicar ao governo que possa fazer um convênio com os municípios e dependendo do gasto, estar repassando esses recursos para tentar fazer a contratação direta e atendimento direto nos municípios.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Ele está falando das despesas em Vilhena. Da ação que foi feita em Vilhena. **(fora do microfone)**.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Isso, lá de Vilhena. Então, aprovado e vamos encaminhar à Sesau.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Maravilha.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Posso?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deputado Chiquinho da Emater, e aí já repassamos a Vossa Excelência.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Doutor Fernando, colegas deputados, deputadas.

Doutor Fernando, essa situação dessas consultas especializadas que estão indo para o interior, muitas pessoas, eu acredito que passa também por uma cirurgia, a sua maioria vai precisar de cirurgia. Como fica depois da consulta, esse povo? Vai para a Regulação, para aí? Como fica a situação dessa população? Porque a gente está preocupado, Dr. Fernando, a gente sabe que o senhor é uma pessoa competente, a saúde, a gente sabe que é uma demanda crescente, mas nós estamos em uma situação muito complicada. Porque o povo, como o Deputado Luizinho falou, está morrendo, a gente está sendo cobrado por isso. Aí eu queria ver com o senhor qual a perspectiva dessas cirurgias, se o senhor não podia dividir essas cirurgias

com Vilhena, colocar dinheiro na Prefeitura de Vilhena, fazer um acordo com o prefeito, em Ji-Paraná – Cacoal não, porque já é do Estado –, Ariquemes, para a gente agilizar o máximo possível essas cirurgias pequenas que tem bastante, como apendicite. Talvez apendicite não, porque quando acontece apendicite tem que operar urgente, não é? Mas tem outras diversas cirurgias. Ortopedia é uma coisa que toda semana o pessoal fica atrás da gente na questão de cirurgia de ortopedia.

E, assim, a gente precisava achar uma solução o mais rápido possível. Eu sei que o senhor é uma pessoa preocupada com isso. Eu sei que o senhor tem toda boa vontade de fazer, mas as coisas não estão acontecendo, infelizmente. O senhor tem a minha admiração como Secretário, mas a gente precisa achar um caminho para resolver essas situações que o Deputado Luizinho acabou também de colocar. Por exemplo, foi feita consulta em Vilhena e na semana passada, essa semana, Deputado Luizinho, só de Cabixi vieram 40 pessoas para consulta especializada na POC (Policlínica Oswaldo Cruz), regulada, certinho como a lei determina. A gente sabe que o senhor não conseguiu fazer tudo lá. Mas eu vejo assim, que nós temos que achar uma solução para o pós-consulta, como que fica esse povo? Se vai ter solução, porque senão a consulta morreu aí, o que valeu? Então nós temos que ter uma solução, o resultado final.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, Deputado, muito boa a pergunta do senhor. Olha só, as consultas com cardiologistas, por exemplo, que aconteceram em Vilhena. Todas as pessoas que passaram com cardiologistas, que precisava do eletro, já fazia na hora, dava o diagnóstico e

tratava. Então, o cardiologista fez isso. Fez eletro, fez Holter, lá em Vilhena.

As consultas que passaram com neurologistas, nós conversamos com o pessoal da Secretaria Municipal, se o neurologista precisasse de uma tomografia, ele atendia, já fazia a tomografia no hospital e retornava.

O oftalmologista, era o Dr. Luiz Eduardo, que está aqui do lado, levou os seus equipamentos, os básicos, obviamente não tem como levar todos os equipamentos, então foram levados os equipamentos básicos, ele já atendia, já consultava, já fazia o exame oftalmológico dos pacientes na hora.

A urologia atendeu, operou alguns pacientes. Eu cheguei a entrar na cirurgia da urologia, ajudei a operar, mas, obviamente, urologia, cirurgia-geral que estava atendendo esses pacientes, o que mais tinha cirúrgico lá? Era isso.

Mas olha só, endocrinologistas já atenderam, já consultaram as pessoas na hora, neurologistas também. A maioria era procedimentos clínicos, a maioria era consultas para atendimentos clínicos. E boa parte dos problemas resolveu. Consegue resolver todos os problemas? Não. Não consegue porque não tem a estrutura toda lá no interior. O ideal seria se nós tivemos os médicos especialistas lá no interior, e infelizmente, a gente não tem.

Então, a gente tenta levar, agora, por exemplo, estamos para Rolim de Moura e vamos levar ginecologistas, pneumologista, dermatologista, urologista, ortopedista, endocrinologista, pediatra, oftalmologista, cardiologista, oncologista, neurologista, gastroenterologista, cirurgia-geral. Vai o geriatra também? E geriatra. São 11 especialidades agora para Rolim de Moura. A gente não vai

conseguir resolver todos os problemas, mas vamos amenizar muitos dos problemas e evitar muitas viagens para Porto Velho. A gente não vai conseguir operar todo mundo e também não vai conseguir fixar esses médicos especialistas lá, que até Porto Velho tem dificuldade. Mas é uma tentativa de minimizar o sofrimento, de minimizar as viagens para a capital.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Secretário, a gente sabe que os médicos especialistas que atendem aqui no Hospital de Base, no João Paulo, eles não são suficientes. Quando o senhor tira eles daqui e leva para o interior, aqui para? Aqui prejudica o trabalho mais ainda, o atendimento daqui ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Aqui mantém normal. Eles estão indo fazer um extra lá, só no fim de semana. É sábado e domingo. Foi em Vilhena na semana passada; próximo sábado e domingo será em Rolim de Moura, eles vão e atendem sábado e domingo, lá nessas cidades. E, assim, é um mega esforço para conseguir levar esses especialistas. Nós levamos duas endocrinologistas para Vilhena. Uma oftalmologista, dois urologistas, um cirurgião-geral.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas lá teve procedimento urológico, em Vilhena?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Teve. Eu ajudei. Eu operei, inclusive. Operei com a Dra. Rafaela e com Dr. Alexandre

Falqueti. Eu fiz a cirurgia urológica, junto com o Dr. Alexandre Falqueti.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas não consultas urológicas lá no CER (Centro Especializado em Reabilitação), não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Teve consulta, lá? (dirigindo-se ao Dr. Luiz Eduardo).

Eu sei que os dois passaram o dia operando no centro cirúrgico. Eles chegaram a atender algum paciente da urologia? (dirigindo-se ao Dr. Luiz Eduardo). Só cirurgia. Então, fizeram só cirurgias. Consultas eles não fizeram. Não teve agendamento de consulta para eles. Mas eu ajudei a operar cirurgia da urologia, com o Dr. Alexandre Falqueti.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Secretário, mas não pode fazer um mutirão para operar essas pessoas que estão no João Paulo, nas Irmãs Marcelina? Fazer um mutirão. Ali tem gente que está há 20 dias aguardando. Coisas simples, às vezes é ombro, às vezes é braço, às vezes é quadril, tem gente aí de 29 dias. Tem gente que passou até vídeos aí, esperando. Não tem jeito de vocês fazerem um mutirão e tirar esse pessoal? Porque o custo disso para o Estado, manter esses pacientes lá tanto tempo, e às vezes até, apodrecendo. Hoje passaram um vídeo aqui de uma pessoa que está perdendo o pé, lá dentro. Quer dizer, é coisa que, às vezes, fazendo rápido, não sei... Não teria como fazer esse mutirão? Terceirizar, alguma coisa, porque a gente não aguenta a pressão, não. O Deputado Luizinho Goebel falou aqui, é porque a pessoal pressiona direto. E saem esses

vídeos lá do João Paulo, e aí descem o cacete nos deputados todos e a gente fica... É difícil aguentar essa situação.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós estamos trabalhando em várias frentes, Deputado. Uma delas é essa, de ir para o interior. As cidades do interior não têm muita estrutura para operar os pacientes, a gente vai, mas a gente tenta atender um número "x" de pacientes com cirurgias, também. A outra frente, nós estamos abrindo agora nesta semana ainda, cirurgias no Hospital de Campanha, no Regina Pacis. Começa a operar. Estamos com 120 pacientes prontos para cirurgia. Tiramos ontem, segunda-feira, fim da tarde, o último paciente internado de Covid. Fechou a regulação, não estava atendendo, transferiu os últimos para o Cemetron, e essa semana ainda, possivelmente na quinta-feira, a gente começa a operar no Hospital de Campanha Regina Pacis, pacientes de cirurgia de vesícula, hérnia, ovário, útero e fimose. É outra fonte. Tem "Saúde no interior", tem as cirurgias no Regina Pacis, tem mais cirurgias sendo feitas hoje no Hospital de Base do que antes da pandemia e, além disso, estamos agora terminando um processo de credenciamento para hospitais com Emenda do Deputado Aécio da TV, R\$ 2 milhões, aproximadamente, para fazer cirurgias eletivas na rede privada de Porto Velho.

Hoje, o Deputado Jean Mendonça esteve no nosso gabinete também, para colocar uma Emenda, para fazer na Região do Café. Aproveitar esse mesmo credenciamento, se algum hospital se credenciar naquela região...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Dr. Fernando. O senhor está citando as Emendas: R\$2 milhões do eminente Deputado Aécio da TV; mais uma possibilidade de

uma Emenda do Deputado Jean Mendonça. Então o senhor acha que se nós, deputados, colocarmos Emenda, então resolve o problema da Saúde? O problema, então, é falta de recurso.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eu acho que ajuda, Deputado. O problema é que, o senhor sabe como funciona a máquina pública, que tem entraves.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Porque é que para essa responsabilidade, tudo bem. Eu posso colocar 100% das minhas Emendas para a Saúde. Agora o senhor está falando de 120 cirurgias eletivas que vão ser feitas no Regina Pacis, o senhor está falando de um valor de R\$ 2 milhões de Emenda do Deputado, mais, talvez, de uma outra Emenda de outro colega Deputado, e eu estou falando de mais de 60 mil cirurgias. Mais de 60 mil cirurgias! Então, assim, eu não vejo que é esse o caminho para resolver.

Agora, eu fiz uma proposta, que eu entendo que quando veio a pandemia, que era uma coisa nova, o mundo não conhecia e Rondônia se virou. E aí eu tenho que reconhecer o esforço da Sesau que conseguiu acompanhar a necessidade daquele momento. E eu propus, que eu entendo que essa é uma nova pandemia, a questão das eletivas. Porque as pessoas estão sofrendo e morrendo do mesmo jeito, tanto quanto com o coronavírus. E por que não se usa o mesmo modelo que foi usado para contratação de profissionais, que foi usado para a Covid? Recebi uma justificativa: que provavelmente o Tribunal de Contas e o Ministério Público iam contestar essa questão. Aí nós faríamos uma Audiência Pública aqui, e nós iríamos ver com os Poderes porque é que eles contestariam se seria a mesma ferramenta que foi usada na questão da Covid. E a mesma ferramenta que vai ser usada

para salvar vidas, para amenizar a dor da população. Então eu não acredito, eu não acredito que em nenhum Poder instituído possa ter um ser humano que tenha a audácia de contestar qualquer tipo de possibilidade de atendimento para a saúde pública da nossa população. Eu não acredito. Eu só acredito vendo. E se tivesse essa proposta feita pela Sesau, eu estaria aqui defendendo e com veemência, se necessário. Por quê? Porque nós não temos outro caminho. Está provado. Está provado que não tem outro caminho, que o modelo que está se insistindo não dá certo.

Não deu certo antes da pandemia, não se construiu nada nos, praticamente, 2 anos de pandemia. E quero aqui afirmar, vou deixar aqui a palavra, um desafio, eu quero aqui afirmar, não vai acontecer, não vai acontecer. Falar aqui de 120 cirurgias – tudo bem que agora não falou que é isso que vai fazer, vai fazer mais –, mas de 120 cirurgias, num campo de mais de 60 mil? E eu sei, pode me contestar aí nos dados, porque hoje tem na Regulação um pouco mais de 57 mil cirurgias cadastradas para serem feitas. Só que quando começaram a fazer aquelas cirurgias oftalmológicas, foi feito um levantamento e era para ser – vou exemplificar, deixar bem claro, aqui é um exemplo, números que eu vou exemplificar. Vamos supor que nós tínhamos 10 mil pedidos de cirurgias, 10 mil necessidades. Quando começou a fazer, passou para 30 mil, triplicou. Então, eu tenho quase certeza de afirmar – e olha que eu sou leigo na saúde, mas eu tenho conhecimento público, pelo tempo que eu estou aqui, pelos Estados brasileiros que eu viajo e que eu vejo o que dá certo e o que não dá certo. E eu tenho certeza que esses números, que aproximam a 60 mil, vão ser muito mais do que 100 mil. Por quê? Porque tem muita mulher que precisa fazer uma cirurgia, uma histerectomia, e ela não procurou o médico porque ainda não chegou no estágio de usar fraldas, como eu tenho relatos de mulheres que hoje,

não é absorvente não, usam fralda porque o sangramento é violento.

Então, assim, eu não sei o que acontece, porque onde eu ando, nos quatro cantos do Estado eu só vejo desespero. Desespero, desespero, desespero! Eu cheguei ao meu limite. Eu cheguei ao meu limite. Por quê? Porque eu sou ser humano, eu tenho amor ao próximo, eu tenho temor a Deus. E eu estou vendo o meu próximo sofrendo. Sofrendo, sofrendo, sofrendo! Se pegar hoje, aqui, e que eu poderia pegar, e se quiserem eu posso trazer a público para a semana que vem, aqui nas telas, nesse telão aqui da Assembleia Legislativa, apresentar aqui os áudios e os vídeos das pessoas que nos mandam. Não tem como um paciente entrar em um hospital com o fêmur quebrado e sair morto por uma infecção generalizada. Não tem como um paciente entrar em um hospital para fazer uma cirurgia ortopédica e sair com o corpo todo cheio de feridas – como é o nome? Fala aí, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Escaras.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Escaras. Não tem como. Hoje eu tenho relato de um paciente que me ligou, a família me ligou do interior, inclusive mandou um vídeo, uma cirurgia de clavícula, 38 dias internado. E, sabe, não está regulado ainda não. Não está regulado. Então imagina, assim, 38 dias internado, ainda não foi regulado, quanto tempo esse paciente vai ficar internado? Eu estou para desafiar, que eu, particularmente, se estivesse em uma situação dessas, é capaz de eu ir para ser tratado, fazer uma cirurgia da clavícula e sair doido do hospital, ir para um tratamento

psiquiátrico, porque não tem como, não tem um cidadão que não se desespera. Não tem!

Então, não tem mais como nós ficarmos tentando falar aqui que nós vamos resolver coisinhas. Nós não temos coisinhas para resolver, nós temos um mega problema para resolver. Vocês podem contar 100% comigo. Agora, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, não me deixem ter conhecimento de mentiras em relação à Saúde. Não me deixem ter conhecimento de falta de empenho para resolver o problema da Saúde.

Eu sei que não tem como resolver todos os problemas, eu sei que não tem. Agora, nós não podemos mais continuar no mesmo caminho, sendo que o mesmo caminho já provou por "A mais B" que não tem solução. O momento só piora, piora, piora.

O Deputado Chiquinho falou de ir para o interior. Eu solicitei também para ir a Saúde para o interior. Eu solicitei. Eu acho que é importante. Mas é grave, porque quando um médico vai lá, faz uma consulta e fala "tudo bem, está aqui, está feita a consulta. Agora, o senhor urgente precisa fazer a cirurgia.". E aí? Foram feitas..., eu acredito, nós vamos ver os dados, mas eu acredito que foram feitos em torno um terço, um terço das consultas em Vilhena, que eram propostas a serem feitas. Inclusive, eu paguei pesado no grupo dos deputados que, por eu ser líder do governo eu tinha conseguido levar essas cirurgias para Vilhena. Eu nem sabia. O dia que eu fiquei sabendo, eu já tinha uma outra agenda, não pude nem estar presente. Então, eu não tive culpa disso. O programa era da Sesau. Só que, mesmo sendo esse programa, mesmo estando programado, mesmo tendo o apoio de todos os setores que se colocaram à disposição, eu acredito que foi realizado um terço do que era para ser realizado.

E o problema agora aumentou, porque fizeram as consultas e o problema maior ficou pra trás: as cirurgias. E com essas 100, 120 cirurgias, R\$ 2 milhões de Emendas de deputados, não vão resolver os problemas da Saúde. Não vai, não. Até porque, só hoje, aqui na Assembleia, tem um PL de R\$ 7 milhões e 900 mil; tem mais um de R\$ 37 milhões e tem mais um de R\$ 145 milhões. Então, assim, não é recursinho de Emenda de deputado que vai resolver o problema da Saúde, não.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, para participar.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Primeiro, boa noite. Parabenizar o Deputado Dr. Neidson pela condução. Cumprimentar o Secretário e seu *staff*. Início aqui, Secretário Fernando Máximo, dizendo o seguinte: por tudo o que eu estou ouvindo, o discurso é o mesmo. Não muda nada. Talvez o que eu não ouvi, no momento que eu precisei sair para fazer um atendimento, Deputado Dr. Neidson, foi do choro da população pedindo para fazer vaquinha para atender paciente, parente, familiar para poder fazer cirurgia. Agora, o restante é tudo igual. E não dá para a gente aguentar, e daí eu comungo um pouco da dor do Deputado Luizinho, talvez não na mesma proporção, pelo fato do longo mandato que tem o Deputado Luizinho Goebel, e eu venho chegando para o mandato, mas assumir nesse momento a liderança do governo tem me custado muito caro. Tem me custado muito caro, porque a comunidade entende que nós

temos condições de ajudar a resolver. E eu olho para mim e digo: eu sou nada. Sou um cidadão igual lá, porque eu também não consigo resolver.

Esse, infelizmente, tem sido um câncer na nossa vida. E eu fiz, naquela tribuna ali, quando a pandemia iniciou, eu apontei para este momento aqui, Deputado Dr. Neidson. Eu falei "olha, porque foram encerradas as cirurgias eletivas" - não vou nem entrar no debate das consultas especializadas, não - eu vou focar aqui, na questão das cirurgias. Nós encerramos e só ficamos fazendo cirurgias de urgência/emergência. Não foi nisso? A iniciativa privada não parou, não. O nosso povo pagou. Pagou, Dr. Fernando, pelo amor de Deus.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A iniciativa privada parou também.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não, aí o senhor quer brincar. Dizer que o nosso povo, em tempo de pandemia, não fez cirurgia paga, o senhor está querendo brincar.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. Eu estou dizendo que os hospitais privados também pararam as cirurgias eletivas, por lei.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não. Eles não pararam, continuaram fazendo. Continuaram fazendo. A mídia inteira, todo o mundo sabe disso. Eu ajudei a pagar. Eles continuaram fazendo e eu falei: "descaso da Secretaria de não fazer a fiscalização.". Porque, se não pode no público,

não pode no privado. E parecia, naquele momento, que até era um complô nosso, enquanto poder público de dar a oportunidade da iniciativa privada, e a gente não fazer. Parecia um complô. Mas essa é uma realidade. Nosso povo pagou e pagou caro. Essa é uma situação.

Depois eu apontei, e disse: "olha, é preciso um planejamento.". Porque se a gente não está fazendo, nós vamos ter uma outra pandemia que é dessas "benditas" cirurgias eletivas. Aí entra a dor terrível da vesícula, da hérnia, e nós estamos falando aqui, eu pelo menos citando talvez as mais simples, mas aquelas que mais ocorrem. Não houve o planejamento.

Aí nós chegamos neste momento. Tem a "Saúde no Interior". Eu confesso que eu fiquei feliz quando eu vi a mídia. Eu falei "graças a Deus!" Mas, talvez a informação para mim, não tenha chegado de forma verdadeira. Talvez o que eu esteja sabendo não seja verdade, por exemplo, eu sei que vai ter um movimento lá em Rolim de Moura. Até onde se sabe o movimento maior não é para cirurgia que, aquilo que eu entendo – eu não sou médico, não – mas eu entendo que o povo mais precisa. Se você concentrar nas cirurgias e deixar a consulta especializada para depois... Agora, nós vamos ter um movimento lá em São Francisco, não vamos? Quantas cirurgias nós temos programadas para aquela região? Cirurgias? Não vamos entrar no mérito das consultas especializadas, não.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Na região do Vale do Guaporé hoje nós temos aproximadamente 70 pacientes na fila.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não, 70 na fila tem só em São Miguel do Guaporé.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - São Miguel faz parte do Vale do Guaporé?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Ué, eu estou na 429, estou a 110 quilômetros de São Francisco do Guaporé.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É que eu estou falando do Vale do Guaporé.

O SR. ISMAEL CRISPIN - E São Miguel não é Vale do Guaporé?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Acredito que não, mas eu posso dar uma olhada aqui.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Talvez não esteja na rede, não sei. Só São Miguel tem mais de 70 cirurgias. Cirurgias de vesícula e hérnia, só em São Miguel do Guaporé. Mas lá no mutirão... Não vai ter um mutirão lá em São Francisco? A previsão lá é o quê? De quantas cirurgias?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A gente tem que operar, Deputado, de acordo com o que o hospital comporta. Eu não consigo chegar no hospital e fazer um mutirão de cirurgias

com uma quantidade de cirurgias que o hospital não comporte, não tem uma estrutura física. Em cada lugar nós temos um número de cirurgias.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Ótimo. Mas é justamente isso que eu queria ouvir do senhor. Por quê? Porque eu sei que o nosso hospital regional lá em São Francisco do Guaporé tem poucos leitos. E se for lá e fizer um mutirão muito forte de cirurgia, você ocupa todos os leitos. Se chegar uma urgência e precisar atender, você não vai ter como socorrer. Perfeito?

Só que quando eu vou ali no município de Seringueiras, eu tenho um hospital novo e moderno - você lembra da nossa luta para inaugurar o hospital -, com 2 centros cirúrgicos e com leito para internar. Quando eu desço para São Miguel do Guaporé, eu tenho lá também, com 2 centros cirúrgicos e leito para internar. Eu vou em Nova Brasilândia d'Oeste, eu também tenho centro cirúrgico e capacidade para internar. Alvorada d'Oeste na mesma proporção. E aí a pergunta - e talvez na minha leiguice na questão da Saúde - eu pergunto ao senhor: quando vocês descem para o mutirão, o insumo é lá do município ou vocês levam o insumo? Material necessário.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Parceria e depende de cada cidade. Vilhena, por exemplo, usou muito material do hospital de Vilhena. Foi uma parceria da Prefeitura de Vilhena. Nós levamos alguns médicos especialistas, cirurgiões-gerais, urologistas, 2; 2 cirurgiões-gerais, e usou alguns insumos da Prefeitura de Vilhena. A Prefeitura tinha condição de manter esses insumos. Algumas outras Prefeituras não têm. Cada cidade tem uma realidade

diferente da outra. São Francisco do Guaporé é diferente de Vilhena. Seringueiras é diferente de Ji-Paraná.

Então, assim, a gente está analisando o cenário de cada município e tentando fazer parceria com os municípios para tentar operar dentro da disponibilidade daquele lugar.

O SR. ISMAEL CRISPIN - São Francisco do Guaporé, por exemplo, se for fazer lá, a gente tem que lembrar que tudo é o Estado que faz lá, porque lá não tem UPA, não tem nada. Lá só tem o Hospital do governo. Então, tudo que vai fazer lá é nosso, é do governo. Nos outros municípios, não. Os municípios têm o hospital municipal deles.

Então, a minha sugestão é que seria de o Estado levar esses bandidos desses insumos. O profissional o Estado leva, não leva? Ele gastaria menos tempo. E aí eu usar Seringueiras como exemplo, que estão fazendo cirurgia lá, mesmo sabendo que não é papel deles, que não é obrigação deles, porque aí entra a obrigação do Estado, mas estão fazendo. Se você ligar agora para o Prefeito Armando ele fala: "olha, eu não estou dando nem conta.". Ele tem médico cirurgião, tem 1 centro cirúrgico e está fazendo. Se o Estado faz uma parceria com um município desses, ele vai atender o cara que está lá na fila de regulação do SUS, vai gastar menos, com menos tempo, porque ele vai deixar o paciente internado para recuperação da cirurgia a cuidado do hospital municipal, e vai para outro município. Então, esses municípios têm condições.

Aquí eu estou citando um exemplo. Imagina que desses, por Rondônia afora, deve ter vários. Penso que talvez seria mais barato para o Estado, você não ia superlotar e ter condições... "Ah, eu vou fazer no Vale do Guaporé". Não vai atender, porque não tem espaço mesmo. Nós sabemos disso. Aí

vamos fazer as consultas, então. Nós vamos fazer um barulho danado, não vamos resolver o problema do povo, porque nós vamos estar com eles no outro dia batendo na nossa porta pedindo a cirurgia, que, inclusive, o médico especialista vai e coloca ainda no papelzinho da regulação "é urgência" e o cara fica ligando para a gente sem ter hora para parar, porque ele fala "o médico colocou aqui que é urgência". E eu digo "eu vou fazer o que, se o Estado não consegue atender?"

Então, esse é um grito, isso aqui é uma realidade. O que trouxeram os nossos colegas aqui, é uma realidade. Como é que o Estado vai enfrentar? Como eu disse, eu não sou especialista nisso, mas que nós precisamos dar uma resposta para a nossa sociedade, nós precisamos. Não sei se o caminho que está sendo tomado é o caminho mais adequado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado, Deputado Ismael Crispin. Essa é uma realidade em todos os municípios do nosso Estado de Rondônia. E foi uma das coisas que, como o Secretário Fernando Máximo disse que tem alguns deputados colocando Emendas, nós conseguimos encaminhar recurso já até à Prefeitura no Cadim (Cadastro Informativo Municipal), em período de calamidade pública sem a exigência de tantos documentos. Nós tentamos fazer um convênio com o Hospital Bom Pastor, até passei essa situação ao Secretário Fernando Máximo e, infelizmente, não conseguimos estando numa época de calamidade pública no Estado de Rondônia.

Então, nem com recursos a gente está conseguindo realizar as cirurgias, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Eu acho que a Senhora Adriana, não é? É isso? Acho que a senhora meio que manda em tudo lá na Sesau, não é? Pelo menos é a informação que a gente tem. Falando sobre esse tema de Emendas parlamentares, tanto estadual quanto federal, há poucos dias foi levantada uma questão aqui, até pelo Deputado Laerte, que parece que tem milhões e milhões de reais lá, de Emendas Parlamentares, que muitas delas, provavelmente, serão devolvidas também porque os processos não andaram. A senhora que, pelo menos tem a fama, que manda lá, a senhora confirma essa história ou não?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - Boa noite a todos. Estou na Sesau contribuindo com o serviço. Com relação às Emendas que foram pontuadas, nós estamos buscando, com muito empenho, tratar essa pauta que foi discutida aqui quando o Secretário esteve presente, reforçamos ainda mais a equipe para que a gente possa atender a população.

O que eu posso pontuar também, é que nessas ações pós-pandemia nós estamos buscando trazer o atendimento à população de uma forma mais célere. Sabemos que tem muitas coisas a serem melhoradas, mas estamos buscando, com empenho, trazer de volta o atendimento nas cirurgias eletivas, o atendimento das consultas ambulatoriais e temos trabalhado para, de fato, trazer esse atendimento ao povo rondoniense.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Secretário, nós temos alguns recursos que talvez a gente não consiga executar este ano, talvez por convênio, falta de documentação. Se esses recursos nós deixarmos para a Sesau realizar cirurgias no interior, onde nós indicarmos para realizar, vamos dizer, lá no município de Nova Mamoré, quero no município de Guajará-Mirim, quero em Candeias, determinado recurso, vocês têm condições de encaminhar os profissionais e realizarem as cirurgias no município, até naqueles que tem já centro cirúrgico?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É uma questão de fazer parcerias, convênios com os municípios, se o município tiver condição de insumos, tiver o centro cirúrgico montado a gente pode pensar em uma parceria. O deputado destina a Emenda para o município, a Sesau pode tentar entrar com alguma contrapartida, por exemplo, levar algum profissional, etc., e podemos tentar operacionalizar sim. Agora, tem que saber se os municípios vão conseguir comprar os insumos a contento, se eles têm a estrutura do centro cirúrgico montada - como o senhor conhece -, o carro de anestesia, aspirador, bisturi elétrico, foco, mesa cirúrgica, pelo menos o básico para se realizar cirurgias, eu acho que é possível.

Quanto àquela Emenda que o senhor falou que não conseguiu operacionalizar, mesmo nas regras da pandemia, a Procuradoria-Geral disse que as regras da pandemia valem para os casos da pandemia Covid, para outros contratos, infelizmente, não valem. Então, para os contratos de outras coisas que a Sesau precisa comprar, que não tem relação com a pandemia, infelizmente, tem que apresentar todas as certidões. E o problema foi que o hospital lá não tinha todas as certidões em dia e a Procuradoria opinou por

não..., que não poderia fazer exatamente por isso, se fosse alguma coisa específica da Covid, pelo Decreto de Calamidade, aí poderia comprar, poderia fazer convênios, mesmo sem todas as certidões.

Então, o problema que teve, nesse caso, foi uma certidão lá do hospital.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Nós já fizemos convênios com a prefeitura, mesmo em estado de calamidade pública, na época da enchente. Não é determinado para a enchente, aí nós conseguimos conveniar junto com a prefeitura estando no Cadim (Cadastro Informativo Municipal). A Lei Federal não diz que é para a pandemia, se não é para a pandemia, estando em calamidade pública se pode conveniar se for para atender a saúde do município. Então, essa parte aí eu acho que a Procuradoria não analisou ainda e tem que ser revista.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Já lhe passo, Deputado. Mas o que eu queria saber, não é nem os municípios terem, que a maior parte dos municípios não tem condições de fazer, mas nós encaminharmos o recurso. Eu tenho lá um milhão, que talvez eu perca, eu perca não, que eu vou utilizar em outra coisa, mas deixar para a Sesau e a Sesau levar até os insumos que precisam, utiliza esse recurso e realiza cirurgias no local. E o centro cirúrgico do hospital, por exemplo, lá em Guajará-Mirim já estamos em reforma e já deve estar sendo concluído até o final deste

mês. O de Nova Mamoré já vai retornar as cirurgias eletivas, mas Guajará-Mirim não tem ainda previsão de retorno e nós temos muito mais de 200 pessoas aguardando cirurgia.

Só esse final de semana, a Emater me convidou para fazer uns atendimentos, só esse final de semana encaminhei uns 5 ou 6 pacientes para a Regulação com pedra na vesícula, só em um atendimento que a gente fez, em um dia, e foi convite da Emater para a gente atender.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Gostaria de fazer mais uma pergunta para a Senhora Adriana. Tem várias pessoas dentro da Sesau que foram indicação da senhora, porque a senhora entende, que a senhora coordena boa parte da questão administrativa e essas pessoas que a senhora indicou a senhora entende que são pessoas capacitadas para a função, a senhora confirma isso?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - Deputado, todas as pessoas que entram na Sesau passam por uma avaliação curricular e são entrevistadas pelos dois gestores. E, após essa entrevista e avaliação curricular, elas entram no serviço para a prestação de serviço.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - A senhora sabe que não é assim que procede. Gostaria que a senhora falasse a verdade aqui, porque quando vai fazer uma contratação, se for da forma que a senhora está falando, a primeira coisa que tem que fazer é dar publicidade isso não acontece. Então, não é verdade o que a senhora está falando. A senhora me perdoe, eu tenho que falar a verdade aqui.

E eu quero fazer uma outra pergunta para a senhora: a senhora acha, por exemplo, que a Regulação do Estado, hoje, está andando bem? Funciona bem?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - A Regulação...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Só sim ou não. Só sim ou não.

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - A Regulação do Estado, hoje, está atuando dentro das normativas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo. Foi citado bastante aqui, pelo Secretário Dr. Fernando, a respeito de Emendas. A senhora confirma para mim que hoje tem mais de R\$ 30 milhões de Emenda Parlamentar dentro da Sesau; tem mais uma proposta de mais de R\$ 15 milhões, ultrapassando 45 milhões; R\$ 15 milhões dessas, ainda não foram autorizadas, mas já tem a proposta, a propositura para essas Emendas chegarem lá e que boa parte desses Emendas já deveriam ter sido, esses recursos, no mínimo, empenhados. Até porque tem um Decreto do Governo do Estado em Rondônia, que a partir

do dia 15, se eu não me engano, próxima segunda-feira, que não se empenha mais nada da Fonte 100 e, neste caso, algumas Emendas, pela questão da legislação vigente onde há obrigatoriedade de alguns repasses de Emendas Parlamentares serem para a Saúde, e, a confirmação que nós, pelo menos o que nós temos de informação, inclusive falei com um dos deputados que está apurando esse questão agora, e que até me autorizou a falar por ele, aqui, é que até a semana passada vocês só tinham usado R\$ 2 milhões dessas Emendas, e que até o momento, esta semana, não chega ainda a R\$ 3 milhões. A senhora confirma isso ou não?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - Deputado, com relação a valores, eu não posso confirmar para o senhor aqui neste momento, mas posso fazer o levantamento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas a senhora tem conhecimento disso.

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - Sim. Nós tivemos alguns problemas, como eu falei anteriormente, referente a essa questão das Emendas, e estamos buscando solucionar essas pendências.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Secretária, quando os convênios vêm, é um pede, pede de certidões, porque vencem as certidões e as coisas não andam. Eu acho que boa parte dessa situação que está lá represada, é justamente por causa disso. Porque, assim, a burocracia que estão criando é muito grande. A gente tem ido lá, várias vezes, tentar resolver algumas pendências. Um, por culpa das prefeituras; outras pela burocracia que se criou, em analisar um projeto que eu acho que vocês estão se perdendo no decorrer do tempo e o tempo vai passar, coisa pública já é complicada. E, não sei, acho que os técnicos que ajudam lá, não estão querendo analisar. Até já me informaram que os técnicos não querem mais, Deputado Luizinho, dar parecer em nada. Parece que o governo parou. Final de governo sempre tem problema, lá para o mês de julho do ano que tem a eleição, tanto municipal, como estadual, como federal. Mas a minha preocupação é que o Estado está parando, já agora, Deputado Luizinho. Isso é muito ruim, porque as coisas têm de acontecer, têm que andar. E as coisas não estão acontecendo.

A gente fica muito preocupado porque tem muita gente precisando de resolver a sua situação de saúde e as coisas não acontecem como a gente gostaria que acontecessem. Aí vêm as cobranças aos deputados, as ligações sábado, domingo, feriado, dia Santo, enfim. A gente não aguenta mais essas situações. A gente vive estressado o tempo todo, porque é toda hora o pessoal ligando, de todo o Estado de Rondônia, a situação.

A gente sabe que não é fácil a Saúde. Mas da maneira que está, as coisas têm que melhorar, têm que avançar. Eu acho, Dr. Fernando, que o senhor poderia fazer esse mutirão lá, como anteriormente o Deputado Laerte falou da quantidade, o Deputado Luizinho também acabou de falar aqui, tentar resolver essas situações. Porque senão vai

terminar o ano e nós não conseguimos efetivar as Emendas Parlamentares e o povo vai ficar lá, sofrendo cada vez mais. Obrigado.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós fizemos um levantamento das Emendas, Deputado, e acho que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, as pendências das Emendas. A gente segue os critérios legais, tem de seguir todos os itens, têm de ser cumpridos. Algumas delas, os municípios sequer chegaram a fazer os projetos; outros, projetos inconsistentes. Nós temos um relatório que foi passado para a Casa Civil, a Casa Civil, acredito, tenha passado para a Assembleia Legislativa, o Deputado Laerte já havia solicitado. Então, assim, para cada situação tem um problema e a justificativa. Porque é que aqui não foi liberada essa Emenda? Essa Emenda era para o município ter apresentado um projeto assim, assim e assim, de acordo com a legislação e acabou não apresentando. Apresentou "x", foi devolvido para apresentar o restante, quando apresentou o restante - o senhor falou de certidões -, a certidão que valia por 30 dias, por exemplo, já estava vencida, aí o município, realmente, tem que tirar de novo a certidão.

Então, foi feito um relatório com todas as Emendas, nominalmente, por cada deputado que colocou as Emendas, e as pendências que têm em cima, especificamente, daquela Emenda. E eu concordo com o senhor, é um problema grande. Este ano teve um valor maior de Emendas, proporcionalmente, tem que aplicar aqueles 50% das Emendas na área da Saúde. Boa parte das prefeituras renovou prefeito, entrou equipe nova, que teve um pouco de dificuldade. Tem que se cumprir o Decreto. E os municípios têm dificuldade de apresentar os planos de trabalho para que se executem os convênios. A gente escuta isso há muitos anos, que vem Emenda federal

para os municípios, perde-se Emenda, devolve dinheiro para o Governo Federal por falta de plano, por falta de Projeto, por falta de conseguir cumprir o que a legislação exige para que seja destinada aquela Emenda. Então, é um problema. Repito, aumentou muito o número de Emendas, trocou muito prefeito, que trocou suas equipes, então tem prefeitos novos. E nós fizemos um detalhamento de todas. O que depende da Sesau, a grande maioria está solucionado. O que está pendente, a grande maioria é por falta de planejamento, de projeto, de planejamento técnico na apresentação dos projetos, na apresentação dos planos de trabalho para que se concretize a Emenda.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, nós vamos, Presidente, fazer mais um Requerimento solicitando todas as Emendas 2020/2021 de todos os parlamentares que apresentaram Emendas, então fazer nominal, o nome do parlamentar, o valor da Emenda, e colocar aquelas que são Emendas que foram para ser direcionadas para os municípios e as que foram direcionadas para o Estado. Nós vamos tomar conhecimento. Então, esse é mais um Requerimento que eu apresento.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vamos colocar em votação esse Requerimento. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Requerimento.

E com relação às outras situações, Secretário, as cirurgias ortopédicas vão ser realizadas? Os pacientes vão... Esse daqui que me mandou, foi o próprio paciente que me mandou a matéria que fizeram lá em Guajará-Mirim, foram 12 dias no João Paulo, 8 dias no Santa Marcelina, mais 20

dias no Hospital de Base, não fizeram a cirurgia, saiu. A matéria foi feita no dia 02, e agora ele está fazendo vaquinha para fazer a cirurgia. Paciente aguardando por 40, 50 dias, e não está sendo realizada. Tem alguma ação da Secretaria de Saúde que vai fazer para amenizar essa situação? João Paulo, Hospital de Cacoal, Heuro?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós tivemos o problema com a escopia do Hospital de Base, o senhor até comentou comigo sobre isso. Nós temos 3 aparelhos, 3 Arcos em C no Hospital de Base. Um deles queimou, parou de funcionar, ficamos com dois funcionando, tocando as cirurgias, o segundo queimou. Então, hoje tem um aparelho funcionando e dois queimados. Nós compramos, tínhamos comprado 3 equipamentos novos. Um era para ser entregue dia 20 de setembro. A empresa não conseguiu entregar, por causa da pandemia, disse que vem de fora, as empresas internacionais não estavam conseguindo montar. Não entregou 20 de setembro, jogou para 20 de outubro, jogou agora para 20 de novembro, e esta semana já avisou que não vai entregar em 20 de novembro, só vai entregar em 20 de janeiro. Os outros dois, as empresas desistiram de entregar, porque o dólar subiu, os equipamentos subiram muito, mesmo o preço em real, o preço em dólar subiu, e o dólar também subiu quando comparado na cotação com o real. Então dos 3 aparelhos, dois não serão entregues...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Aparelho de quê?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Arco em C. São escopias para realização de cirurgias ortopédicas. É um equipamento que é um "c-zinho" assim, um Raio-X grande, em "c", que ele entra embaixo da maca do paciente e faz o Raio-X em tempo real.

Por exemplo, vai botar uma placa no fêmur, o médico aperta um botãozinho ali.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Então não tem nenhum aparelho lá hoje para fazer?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem um, dos 3. Nós temos 3, só tem 1 funcionando. Aí, pedimos para consertar. Consertou um equipamento. Não deu certo. A Phillips analisou e falou: "não conseguiu resolver". A equipe daqui que resolveu. Vão ter que vir uns técnicos de São Paulo para poder consertar. Então. nós temos 3 equipamentos comprados pelo governo, que um era para ser entregue em 20 de setembro, mudou para 20 de outubro, 20 de novembro, agora 20 de janeiro; e dois, as empresas já falaram que não vão entregar. A gente vai entrar com punição para as empresas etc., porque tinham que entregar. Mas essa é a situação.

Nós abrimos um processo, então, de alugar, locar 3 equipamentos desses, como vários hospitais particulares em Rondônia têm. Locados. A maioria dos hospitais particulares locam, ao invés de comprar esses equipamentos. Até porque a manutenção não é tão simples e tal. E aí está com o processo aberto. Esse processo demora, porque não tem esses equipamentos em Rondônia. Os que têm, a maioria dos lugares é São Paulo que tem. E a gente demora, pelo menos, uns 40 dias, ainda 40 dias, para conseguir trazer esses equipamentos locados para o Estado de Rondônia.

A gente acredita que quando começar a solucionar, consertar os nossos, chegarem os locados, que possivelmente... O processo não está pronto ainda, de locação, ele está em fase de tramitação do processo para

poder locar. E o novo que vão entregar – a gente espera que a empresa entregue –, a gente tem até de sobra, entre aspas, esses equipamentos. Mas não foi falta de planejamento. Tentamos comprar, mas, infelizmente, na pandemia, muita coisa do que a gente comprou, como, por exemplo, ambulâncias, nenhuma das ambulâncias que nós compramos vão ser entregues. Nenhuma, porque todas, praticamente, dobraram de preço. A gente comprou com um preço lá atrás, aderiu a atas, e as empresas não querem entregar. Então, é um problema sério. E não tem muito o que fazer. Assim, tem outras atas agora com preço o dobro, o dobro do preço da primeira ata. Você tem uma ata local, com valor "x" da ambulância, e quer aderir a uma ata de outro Estado com valor "2x". É exatamente o dobro.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então, nesse período, os pacientes vão ficar aguardando lá para fazer as cirurgias?

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Não, Deputado. Nós pedimos, nós estamos...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Não vai ter outra proposta para tentar fazer uma cirurgia, nem que faça terceirizado para poder amenizar essa situação?

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Tem, Deputado. Nós conseguimos o empréstimo de um equipamento de um Arco em C que, provavelmente, já chegue amanhã, emprestado para a gente para a gente conseguir aumentar, não parar as cirurgias.

Tem um Arco em C funcionando direto. Bota o outro e aí voltam as cirurgias ao normal. Se chegar amanhã, este de empréstimo, a gente consegue normalizar e estamos no aguardo do conserto da Philips, de São Paulo, consertar esses dois equipamentos que faltam peças que estão com defeito. E, obviamente, esperar o novo, esperar as locações. Mas a gente acredita que amanhã a gente já tenha um equipamento de empréstimo para que a gente possa colocar para utilizar, para aumentar a quantidade de cirurgias. As cirurgias não pararam. Agora, é real. É verdade, diminuíram as cirurgias, e isso é muito ruim. Diminuiu e tem muito pacientes esperando.

Os traumas voltaram a acontecer com toda intensidade, até mais do que eram antes, os acidentes, os baleados, os esfaqueados, e isso, é uma realidade. Então, o Hospital João Paulo II está completamente cheio, apesar de termos hoje aproximadamente 170 pacientes do Hospital João Paulo em leitos particulares, o Estado bancando isso, são 135 leitos clínicos e 35 leitos de UTI no Hospital Samar e no Hospital Santa Marcelina. Mas, mesmo assim, o hospital está superlotado. E a gente começa operar esta semana, agora, no Hospital Regina Pacis

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vai fazer cirurgia ortopédica lá ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não, não vai fazer cirurgia ortopédica, mas ele desafoga o Hospital de Base. Ele desafoga o Hospital de Base, quanto às cirurgias outras que o Hospital de Base faz, tira esses pacientes, libera leitos, libera centro cirúrgico para que se possam operar mais cirurgias ortopédicas no Hospital de Base. Porque,

essas cirurgias que não operam no João Paulo – e é muito ruim o João Paulo não fazer cirurgia –, essas cirurgias grandes, porque o João Paulo deveria operar tudo. Não tinha que encaminhar nenhum paciente para o Hospital de Base. O correto era que o Hospital de Urgência e Emergência, como vai ser o novo Heuro. O novo Heuro tem 10 salas de cirurgia, tem hemodinâmica para fazer os cateterismos, angioplastias, tem equipamentos para poder operar o paciente. O paciente vai chegar no hospital, vai ser atendido, examinado, e se precisar operar, opera tudo. Hoje, o João Paulo é um problema: cirurgia de fêmur, cirurgias de quadril, as cirurgias maiores da ortopedia, não faz.

Então, o paciente tem que ficar no João Paulo aguardando uma vaga no Hospital de Base, para depois ser transferido e aguardar cirurgia lá no Hospital de Base. Esse fluxo é muito ruim.

O SR. ADELINO FOLLADOR – No Santa Marcelina vocês não fazem cirurgia?

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Faz, tem muitas cirurgias. Lá gira em torno de 12 cirurgias por dia de ortopedia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, estão aproveitando todos os centros cirúrgicos.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Todos. O convênio do Governo do Estado com o Hospital Santa Marcelina, a gente faz hoje aproximadamente 12 cirurgias ortopédicas por dia. Mais as

cirurgias que são feitas no Hospital João Paulo II, cerca de 8 a 10 cirurgias ortopédicas. Mais as cirurgias do Hospital de Base, que é mais do que isso. Mas, mesmo assim... Hoje, estamos operando com o terceiro turno no Hospital de Base, mas, mesmo assim, ainda tem esse grande número. E nos últimos dias houve esse aumento maior por causa da falta desse equipamento de escopia, que tem um no Hospital João Paulo funcionando, tem um no Hospital de Base, mas no Base são três na verdade, mas toca com dois. Um é para ficar de reserva. Mas, um dos que é para funcionar, acabou estragando.

Qual era a outra questão, Deputado Dr. Neidson, que o senhor falou?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Litotripsia.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A litotripsia, o Dr. Luiz está por dentro desse contrato, que vai sair nos próximos dias.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Está saindo nos próximos dias. A gente está terminando o contrato, realmente está parado, mas os pacientes que realmente precisam, na urgência, que têm cálculo renal, que entram em hidronefrose, fazem a colocação do cateter do duplo J. Então, os pacientes da urgência urológica, a parte da urologia foi um dos pontos que nunca parou, na questão da pandemia, praticamente todo o dia tem cirurgia urológica, as urgências.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - As urgências.

O SR. LUIZ EDUARDO BANDEIRA - Então, se o paciente estiver na fila, na fila da parte de urologia, não é tão grande, mas, se o paciente precisar urgenciar uma cirurgia, é feita através do cateter duplo J. Mas, o convênio da litotripsia em breve sairá, estão terminando as tratativas finais.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós precisamos, Deputado Dr. Neidson, o senhor trabalhou no Hospital João Paulo durante muitos anos, aquele hospital não tem mais como. Um hospital com uma estrutura de 36 anos, muito pequeno para a população, não consegue nem se reformar aquele hospital, que é todo lotado a vida inteira. Então, vários governos, entra e sai governo, entra e sai de governo, não se consegue nem fazer uma ampla reforma no hospital.

A gente só vai solucionar esses problemas de vez, mesmo, quando tiver um hospital de 400 leitos, com 10 salas de cirurgias - hoje tem 4 no João Paulo - com 64 leitos de UTI, e hoje nós temos 10 no João Paulo II. Quando nós pudermos fazer as cirurgias ortopédicas, quando pudermos fazer as cirurgias de cateterismo, angioplastia, tudo dentro do João Paulo, para evitar, do novo João Paulo evitar de levar esses pacientes lá para o Hospital de Base.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O pessoal que está assistindo lá no João Paulo, na internet, e estão mandando aqui as fotos aqui, como está lá, os vídeos lá, a situação está

dramática. O pessoal está assistindo lá. Isso é uma vergonha internacional.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vídeos. Onde vão fazer a lavagem das mãos para fazerem as cirurgias. Olha a situação.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Um hospital degradante.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Gostaria de fazer uma pergunta para a Senhora Adriana. A senhora sabe o percentual do teto constitucional que nós temos obrigação de repasse para a Saúde. A senhora sabe o percentual mínimo?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - 12%.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo. Nós estamos no último trimestre do ano, ou seja, no quarto trimestre. E hoje a senhora poderia me falar quantos por cento que já foi aplicado? Está dentro da programação ou está gastando muito mais do que o percentual? Ou está aquém do gasto? Tem uma

base aí ou neste momento a senhora não pode passar essa informação?

A SRA. ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO - Deputado, eu vou passar a informação em torno de 10%. Porém, eu vou reforçar aqui para o senhor que é uma informação que eu preciso fazer um levantamento para passar com toda a certeza, mas em torno disso. E posso me comprometer a fazer esse levantamento e lhe repassar.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo. Então, se chegou a 10%, se você dividir isso em 12 meses, então, se continuar gastando o que gastaram, vocês não vão atingir o mínimo de investimento na Saúde. Seria isso, não é? Então, está bom.

Uma outra questão, Dr. Fernando, voltando a falar de buscar alternativas. Mudar o foco, mudar o rumo. No passado, eu já vi várias vezes aqui a história em relação à construção do novo hospital Heuro. Inclusive esse nome Heuro nasceu de um projeto aprovado aqui pelo Deputado Follador, que está aqui, eu já estava na Assembleia, os deputados que estão presentes aqui, o Deputado Crispin, o Deputado Chiquinho e o Deputado Dr. Neidson, ainda acho que não estavam aqui - não é, Deputado Dr. Neidson? - E nós aprovamos aqui um financiamento para a construção do Heuro - acho que o Deputado Dr. Neidson já estava também - que era, se não me engano o Pidise (Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica). E o Heuro não saiu do chão. Mas outros governos também já tentaram fazer isso.

E aí eu tive conhecimento da construção que foi feita, o BTS (*builttosuit*), que era uma nova modalidade - construir

para alugar – que o Poder Judiciário do Estado de Rondônia usou. E eu levei essa ideia, na época, junto ao governo, não era o Governo Marcos Rocha, ainda não era o senhor o Secretário, e a gente não teve sucesso de avançar. Depois a gente começou – outros parlamentares adotaram essa ideia – e a gente continuou trabalhando com BTS. E quando a gente começou a trabalhar com BTS, eu comecei a conversar com os Poderes e a gente viu que tinha um pouco de dificuldade, porque uma modalidade desconhecida praticamente no nosso Estado, nós só tínhamos um dos prédios do Tribunal de Justiça. Na Saúde são poucos os prédios desses no Brasil. E a gente, naquele momento, pairava uma dúvida e eu fiz uma proposta pública e praticamente todos – acho que todos – os deputados aderiram a essa ideia que a proposta era a gente pegar uma compensação da Energisa. A Energisa poderia apresentar o projeto, o governo analisar o projeto, a Energisa entregar essa obra com a responsabilidade de fazer a manutenção da estrutura física por algum tempo. Parte desse recurso – se a Energisa pagasse essa milionária dívida com Rondônia – parte desse recurso seriam distribuídos para os municípios e para os Poderes. Eu acredito que os Poderes até abririam mão desse recurso, porque ele é um recurso que é uma dívida que está lá estagnada e eles não podem usar, e mesmo porque na época da Covid todos os Poderes se colocaram à disposição para ajudar na Covid. Mas eles também se colocaram à disposição lá no passado para a construção do Heuro, que inclusive foi criado o FunHeuro, um Fundo de Recursos Públicos dos Poderes para construir o Heuro. Quer dizer, se nós tivéssemos mais um recurso advindo da dívida exclusivamente da Energisa, automaticamente eu entendo que esses Poderes – eu não estou falando em nome dos Poderes –, mas se eles já fizeram antes a doação para o FunHeuro, para a construção de um novo hospital, eu acredito que com esse recurso da

cobrança dessas dívidas milionárias, dessas empresas devedoras junto ao fisco estadual, automaticamente a gente poderia ter mais recurso e construir um grande hospital, porque eu entendo que essa modalidade talvez fosse mais rápida.

Infelizmente foi falar para o vento, porque eu e o Parlamento que acatou essa ideia e sugeriu, então a gente não prosperou nessa ideia. Mas tudo bem. Passou-se mais um ano. Aí o senhor fala aqui que uma das partes da solução é a construção do novo Heuro, e que hoje a opção que o governo teve, o senhor teve, a sua equipe, foi o BTS, modalidade BTS.

O senhor teria como arriscar um prazo que o senhor acredita que pode ser executada essa obra e nós colocarmos o Heuro à disposição da população de Rondônia, mesmo nessa modalidade que vocês optaram em fazer? Porque o senhor falou que uma das questões é essa, construir o novo Heuro para poder amenizar um pouco esse problema. Então, eu gostaria que o senhor me falasse ou arriscasse pelo menos, a dizer quantos dias ou quantos meses ou quantos anos o senhor acha que o senhor acha que nós podemos ter essa obra pronta em Rondônia, à disposição da população.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputado Luizinho, primeiro agradecer ao senhor pelo apoio que o senhor sempre deu ao modelo, ao regime do BTS. Depois tivemos, como o senhor disse, outros parlamentares, como o Deputado Marcelo Cruz que acabou fazendo uma Audiência Pública sobre o BTS. A gente acredita que esse é o melhor sistema para se construir. Obrigado pela força que o senhor sempre deu nessa situação. O ex-governador Confúcio, atual senador, comentou um dia comigo que uma das maiores frustrações da

vida dele foi ter passado 8 anos no governo, sendo médico, e não ter conseguido construir esse hospital. Acredito que entra governo, sai governo e tenta-se construir, e tenta-se mesmo, porque é uma obra importante, necessária há mais de 20 anos para o Estado.

No dia 1º de janeiro de 2019, quando o Governador Coronel Marcos Rocha tomou posse, no mesmo dia nós fomos a Brasília para tentar construir o novo hospital. Durante a transição eu fui três vezes a Brasília tentar falar com o novo ministro. Falei com quem seria o primeiro ministro, sugestivo de ser o primeiro ministro. Falei com várias pessoas do alto escalão do Governo Bolsonaro para a gente tentar construir. Eu fui três vezes com o dinheiro do meu bolso, quando eu era médico ainda da Secretária de Saúde, no período de transição, para tentar construir o novo João Paulo. Então essa é uma guerra que nasceu antes de a gente ser Secretário, no período da transição.

Em 1º de janeiro, como Secretário, fomos a Brasília com o Governador Coronel Marcos Rocha e temos tentado incessantemente, e como o senhor falou, tinham alguns receios dos órgãos de controle no começo. Isso foi sendo mudado, isso mudou com o passar do tempo. O próprio Tribunal de Contas fez Audiência Pública lá. E agora fizemos então, uma consultoria para analisar qual seria o melhor regime e a empresa mostrou para a gente que era, realmente, o BTS para Rondônia nesse atual cenário, naquele cenário lá de 2019. Fizemos um estudo de modelagem financeira econômica por outra empresa que avaliou custos, etc., e no fim fizemos um processo licitatório lá na Bolsa de Valores, onde várias empresas participaram, várias empresas apresentaram documentos, pediram até adiamento de prazos, ficou 75 dias o edital aberto no site. A Bolsa de Valores divulgou isso para o Brasil inteiro e 15 empresas

se interessaram no começo, no fim ficaram duas empresas, foi batido o martelo lá em São Paulo, na Bolsa de Valores, no mês de julho.

E, aí, a empresa que venceu começou a apresentar documento. Ficaram duas para o fim, duas empresas participaram no fim e uma delas, obviamente, foi a vencedora. E, aí, houve essa fase de diligências, as empresas apresentam documentos, etc., homologações. E aí o Tribunal de Contas pediu algumas informações sobre o modelo, sobre o processo licitatório. Essas informações foram respondidas para o Tribunal de Contas, algumas eles entendiam que não tinha sido a contento, solicitaram novas informações à Sesau, à Supel, à Bolsa de Valores e Fesp, de São Paulo, que foi a empresa da consultoria, respondeu essas informações solicitadas, acredito que dentro daquilo que era esperado.

E, neste momento, as empresas estão apresentando documentos, algumas diligências pela Supel, pela Sesau, etc., para tentar... O processo não parou, o processo continua evoluindo. Agora, a assinatura do contrato depende da liberação do Tribunal de Contas dentro desses questionamentos que fizeram e dentro das respostas que nós fizemos. A gente acredita que muito em breve isso deve ser solucionado. Tivemos uma reunião muito cordial com o Presidente Paulo Curi, nosso Procurador-Geral Dr. Maxwell, os técnicos do Tribunal de Contas, o pessoal da Fesp, de São Paulo, veio e participou da reunião, uma reunião muito agradável, muito bacana, onde a gente entendeu que é interesse público, é interesse de todo mundo que esse hospital saia. E a gente acredita que nos próximos dias tenhamos, portanto, uma decisão do Tribunal de Contas para poder efetuar o contrato. Repito, o processo não parou, as empresas estão apresentando documentos para a Supel e

esclarecimentos, etc., e a gente acredita que muito em breve isso esteja liberado para se contratar a empresa para poder construir.

O prazo aproximado que essas empresas calculam que vão conseguir entregar essa obra pronta, é em torno de 2 anos e meio. É um prazo, eu não queria que fosse esse prazo, queria que fossem 30 dias, o prazo mais rápido possível. Mas uma obra desse porte no sistema tradicional no Brasil, demora em torno de 10 anos. Isso o próprio Ministério da Saúde falou, que o um hospital desse porte demora 10 anos.

O SR. ADELINO FOLLADOR - E o edital, não tem o prazo? Quanto tempo? **(fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem o prazo. Esse prazo de 2 anos. Ele tem 10 meses, quando começar a construção, para entregar o primeiro bloco, já é um bloco grande. Depois mais três blocos conseqüentemente, no prazo total de menos de dois anos e meio.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Depois que inicia a obra? **(Fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É. Depois que inicia a obra.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Aí tem mais uma caminhada aí para... **(fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem a caminhada dessa contratação agora, que deve sair assim que o Tribunal liberar a contratação da empresa e aí a apresentação do projeto e início da obra.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, só para deixar bem claro. Se desse tudo certo, nós teríamos aí pela frente, talvez aí mais uns seis meses para homologar essa decisão, que eu não acredito que faria com seis meses, mas vamos ser bem otimistas. E bem otimistas para construir também, que seriam dois anos e meio. Então, deu três anos. Em Vilhena nós temos um hospital sendo construído pela Cooperativa de Crédito Sicoob e colaboradores, a obra não para um segundo. Eles têm tudo lá, é ritmo acelerado. É menor do que seria o Heuro e o prazo deles, o prazo deles não passa de 2 anos e meio. E olha que a gente vai lá, dá gosto de ver o funcionamento. Mas vamos pôr 3 anos.

Então, eu acredito que no momento que a gente está vivendo, a gente não pode, nem sequer sonhar em falar de uso da estrutura do novo hospital do Heuro, do novo João Paulo. É impossível. É impossível. Três anos no maior dos otimismoes. Que mesmo sendo muito otimista, eu não acredito. Aí, como nós vamos querer falar em resolver o problema da população, contando com uma coisa que vai acontecer daqui a 3 anos, sendo que o nosso problema é hoje, é presente, não é futuro.

Então, só quero deixar registrado isso, que é uma outra questão que não adianta mais nós colocarmos na mesa para discutir a saúde, porque a saúde é presente. A saúde é agora.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Dr. Fernando, nós temos um hospital em Guajará-Mirim, quase pronto, não é? Faltam poucas coisas. Não era possível terminar rapidamente? A outra coisa, aquele recurso do Tribunal de Contas, R\$ 50 milhões, se não me engano, está na conta do Fundo ainda, ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Está. Os R\$ 50 milhões estão na conta do Fundo, esses R\$ 50 milhões serão utilizados para equipar o hospital, o novo Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia. Eu concordo com o Deputado Luizinho Goebel, o prazo é longo, e a gente não consegue, no serviço público, ter uma celeridade. Como eu disse, vários governadores tentaram fazer o hospital, não conseguiram, mesmo o Governador Confúcio sendo médico, entendendo a necessidade e se empenhando, a equipe se empenhando ao máximo, não conseguiu. Acho que nunca esteve tão próximo, como estamos agora, de começar a construção do hospital.

Enquanto isso a gente continua com o velho João Paulo, atendendo as pessoas. A gente abriu agora, está abrindo esta semana o Hospital de Campanha Regina Pacis, com cirurgias, também, tirando a Covid e começando a operar cirurgias, lá. A gente continua operando no Hospital de Base. A gente continua alugando leitos privados no Hospital Samar e no Hospital Santa Marcelina. Hoje tem 170 pacientes em hospitais particulares, custeados pelo governo e a gente faz o possível com a estrutura que tem. Pouco mais de 120 leitos, construída para uma população de 110 mil habitantes, a população hoje, só de Porto Velho é 550 mil habitantes e o hospital é o mesmo. Então, é uma herança maldita que nós vemos e o povo de Rondônia teve.

A gestão atual do Governador Marcos Rocha teve uma herança de 20 anos, que já era para ter sido construído há 20 anos. E agora, acredito que muito em breve, a gente comece a construção.

A outra pergunta do Deputado Chiquinho da Emater, desculpe, é sobre o Hospital de Guajará-Mirim, é outro imbróglio, é outra herança maldita que o Governo Marcos Rocha teve do governo anterior.

Assumimos a gestão, o Deputado Dr. Neidson está aqui, conhece toda a história. Aportou uma Emenda, lá em 2018 para que o hospital, a empresa terminasse até fevereiro de 2019, num acordo judicial, para que ela terminasse, a empresa não terminou, não cumpriu; várias celeumas judiciais, vários problemas, vários imbróglis com a empresa, então, Controladoria-Geral da União, processos, uma série de coisas que deram trabalho. Uma herança difícil de a gente resolver. Se fosse fácil, teria sido resolvido logo no começo ou no Governo Confúcio teria resolvido, no governo anterior não conseguiu, então agora está bem encaminhado. Quem vai resolver o problema lá vai ser o Unops (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projeto) que é um braço da ONU. Estamos aguardando para os próximos dias. A gente queria que tivesse resolvido meses atrás, não conseguimos. Tem a Agência Brasileira de Cooperação que tem que autorizar. Já autorizou, o Governador esteve em Brasília com o pessoal lá, há alguns dias, confirmou isso. Estamos aguardando a finalização do convênio como Unops para que se comece a obra no Hospital de Guajará-Mirim. Um imbróglio muito grande, muito difícil, é outra herança maldita de gestões anteriores. O Deputado Dr. Neidson, que aportou a Emenda, sabe da dificuldade. Já era para ter sido entregue em fevereiro de 2019, isso já

era... Prazos prorrogados dezenas de vezes, chegou a 2019. Eu acho que o prazo inicial era em 2015, para entregar.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - O último prazo que a Sesau nos mandou, e está aqui no documento, era para entregar no dia 1 de abril de 2022. Está aqui o documento.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É. Esse prazo não vai ser cumprido. Não vai conseguir cumprir porque travou lá no ABC...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - E a previsão de essa nova modalidade que vão realizar, a conclusão vai iniciar quando, mais ou menos?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eu preciso, a gente precisa firmar o convênio. Precisa que haja a aprovação para firmar o convênio com o Unops. E aí, depois disso, tem o prazo para terminar os projetos e começar a obra. Eles dão celeridade. É a ONU - Organização das Nações Unidas, já fizeram alguns trabalhos para aqui, aqui para a gente, com muita eficácia, muita seriedade. É um órgão que trabalha muito com os ministérios, com o Ministério Público do Trabalho, com os Tribunais de Contas. É muito sério e muito célere. Mas a gente só consegue falar do fim da obra, aí, eles dão um prazo, e realmente cumprem o prazo. Mas quando eles puderem, a gente tiver assinado o contrato, e aí, sim, terá um prazo. O prazo que o Governador quer que a gente termine essa obra era o prazo inicial, quando a Unops falou, era em meados de agosto do ano que vem. Então,

assim, precisa, ali vai demorar uns 8 meses para terminar a obra quando começar, quando ela começar. Então a gente acredita que nem esse prazo de agosto agora, que como não começou, atrapalhou-se, essa dificuldade na assinatura do convênio, a gente acredita que deve prorrogar um pouco mas vai sair.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Esse hospital tem equipamentos já? Tem nada, tem que comprar, tem que equipar ainda?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Esse hospital, já foram colocados lá dentro dele, alguns equipamentos, em 2015, que já não funcionam mais. Equipamentos como, por exemplo, geradores que não funcionam, ar-condicionado, energia solar/energia fotovoltaica e ar-condicionado, já foram montados desde 2015, no governo anterior, estão lá dentro e já não funcionam mais. Alguns outros equipamentos estavam ficando obsoletos, estavam parados nos almoxarifados desde 2015, respiradores - que isso muda, 2015, já estamos indo para 2022, 7 anos já -, esses equipamentos estão obsoletos, já tem tecnologias diferentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Dinheiro jogado fora.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Alguns desses equipamentos já estão sendo utilizados no hospital de Guajará-Mirim, no atual hospital, muitos desses equipamentos, salvo engano três aparelhos de Raio-X, nós levamos ano passado - Deputado Dr. Neidson me corrija se eu estiver errado -, 3

equipamentos de Raio-X, acho que 8 respiradores, algumas camas, eletrocardiograma. Tem ultrassom também, Deputado Dr. Neidson?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Não. Não chegou lá não, mas tem um ultrassom aí que é de lá.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O Ultrassom está aqui, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Terminando esse hospital, o Estado que toca, vai tocar?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputado, como é um hospital de baixa e média complexidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Quem é que vai tocar, vai esperar que Guajará vai tocar. Não vai tocar.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Como é um hospital de baixa e média complexidade, aí há relatos do passado, o Deputado Dr. Neidson deve saber com mais características que eu, o Deputado Crispin citou ali, agora, o hospital de Seringueiras, parece que o Governo do Estado acordou com esses municípios em fazer o hospital e entregar para o município gerir. Seringueiras foi assim, entregou e Seringueiras está tocando o hospital, é a prefeitura que toca o hospital de Seringueiras. E o hospital de Guajará-Mirim parece que a conversa anteriormente, lá atrás, era

essa. Mas eu acho que se deve sentar para conversar, os deputados, a Assembleia Legislativa e a prefeitura, o Governo do Estado, para poder chegar a um denominador comum. Mas a priori seria construído e entregue para a prefeitura de Guajará-Mirim. Esse era o propósito lá atrás, quando se iniciou a obra.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O hospital de Cacoal, não tem condições fazer mais lá, para evitar que esses pacientes venham para cá fazer cirurgias? Fazer mais cirurgias, melhorar a estrutura, já que tem uns dois hospitais lá, não é? Então, quer dizer, eu vi esses dias o Prefeito de Cacoal reclamando, pedindo até para devolver, que o Estado poderia produzir muito mais lá. É verdade isso? Porque se está faltado aqui, aqueles pacientes estão vindo de lá para cá, Deputado Luizinho, aquele pessoal de lá de baixo podia incrementar... Não tem condições?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Follador, vou só falar para o senhor, daqui de Porto Velho a Pimenteiras dá 1.000 quilômetros. Hoje, para você rodar 1.000 quilômetros você gasta em torno de, para vir tranquilo, com pacientes, geralmente pessoa idosa ou um paciente, gasta em torno de 13 horas de viagem. Pimenteiras ou Cabixi. E sabe o que os pacientes estão tendo que vir fazer em Porto Velho, sendo que tem empresa em Vilhena? Tem duas. Vem fazer imagem, exame de imagem aqui. Uma ressonância.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Nem Cacoal tem?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Não. Cacoal tem algumas, mas é para atender mais o próprio hospital. Então, assim, aí o senhor vai falar porque os pacientes estão vindo, imagina para vir fazer cirurgia, imagine se estão vindo para fazer um exame de imagem. Eu só quero fazer mais uma pergunta e aí encerro a minha participação. O senhor falou, Dr. Fernando, de Guajará-Mirim, o Unops, é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Sim, Senhor.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então lá está certo, agora vai sair o hospital por essa ONG?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É a ONU (Organizações das Nações Unidas).

O SR. LUIZINHO GOEBEL - ONU?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo. E, já está tudo certo então, tem prazo para começar a obra, já tem contrato, não tem questionamento, está tudo certo?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. A ABC, que é a Agencia Brasileira de Cooperação, autorizou o convênio e está nessa

fase de formulação do convênio do Estado de Rondônia com o Unops.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, tá. Agradeço aqui, deputados, Deputado Dr. Neidson, agradeço à equipe da Sesau. Peço desculpas, isso aqui não tem nada pessoal, Dr. Fernando, o senhor sabe que eu lhe admiro, você é uma pessoa trabalhadora, mas, infelizmente, a gente tem que dividir o atendimento, a necessidade da população, com amizade, com respeito, com tudo, é distinto.

O que me entristece é que nós começamos falando das cirurgias leporinas e estamos encerrando aqui falando do hospital de Guajará, mas passamos pelo Heuro, passamos pela "Saúde noInterior", e de tudo o que se falou, a única coisa que nós temos aqui, que pelo menos essa certeza, mas que vai começar provavelmente esta semana, até sexta-feira ou semana que vem, é algumas cirurgias no Regina Pacis, e que a priori seriam 120 cirurgias de uma Emenda Parlamentar do Deputado Aélcio, se não me engano.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não, Deputado, essa é execução do Estado. Não são 120 cirurgias, hoje tem 120 pacientes prontos, fizemos o pré-operatório, os exames todos, estão prontos para começar.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, é o que está previsto para começar, com certeza, com prazo, não é? Mas tranquilo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas eu fiz uma pergunta lá de Cacoal e o Deputado Luizinho interrompeu. Eu gostaria que o

senhor falasse, porque a gente fala tanto da estrutura, estrutura, mas tem que aproveitar a estrutura que nós temos, que, de repente, não é a solução só a estrutura. Não dá para incrementar mais lá em Cacoal?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Dá, Deputado. Inclusive, estamos fazendo isso agora. Era um pedido antigo lá, do Deputado Cirone e de outros deputados também, e a gente está colocando, fazendo um contrato com a empresa de cateterismo, por exemplo. Já era para ter saído, houve um problema que é uma empresa, uma instituição sem fins lucrativos entrou para, depois subcontratou uma outra empresa e não deu certo. Mas, agora, está muito próximo de sair esse contrato. Então, já segura muitos pacientes de cateterismo, de angioplastias e toda a segunda macrorregião do Estado não vão precisar vir para cá. Está na fase final de formulação desse contrato. Estive ontem com o empresário, que é médico lá na Sesau, afunilando os detalhes finais, inclusive, uma questão de preço que ele está questionando. Mas, acredito que muito em breve, esse é um problema grande, de vários pacientes que já param por ali.

Quanto a alguns outros procedimentos que não fazem lá, é por falta de especialistas. O hospital é bom, lá os hospitais são bons, mas a gente tem dificuldade de lotar especialistas no interior do Estado. A grande maioria dos profissionais das especialidades mais raras, preferem ficar na capital, porque tem uma rede particular mais forte, uma rede particular mais sólida, onde eles conseguem tocar as clínicas deles, os consultórios e operar nos hospitais privados. Então, a gente tem uma certa dificuldade de fixar esses profissionais no interior. Mas, à medida que vão

aparecendo profissionais novos, a gente consegue, sim, ir aumentando a rede de atendimentos nos hospitais de Cacoal.

Então, o Dr. Luiz está me falando aqui que nós estamos há 45 dias com os editais, para contratação de médicos especialistas, abertos e não aparece médico especialista. A gente está pedindo para Cacoal, por exemplo, eu sei de cirurgia pediátrica, cardiologia, endocrinologia, urologia, várias especialidades.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Por isso que eu estou falando que nem o prédio, às vezes, não é a solução. A estrutura, claro, ajuda, mas vai ser um elefante branco lá em Guajará. Porque construir lá em Ariquemes, está baseado...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Dr. Fernando... Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Mas a gente vai ter algumas tratativas com o governo. Já tivemos tratativas com relação à gestão do governo anterior e vamos continuar com esse também. Vamos ver quais os rumos que vamos tomar com relação à gestão do hospital de Guajará. Primeiramente, a gente tem que concluir aquela obra.

Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - É só uma pergunta: Extrema está operando, Dr. Fernando?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Está e bastante. Estivemos lá no dia 23, estivemos lá. Foram feitas no mês de setembro, a gente foi em outubro, então no mês setembro, tinham sido feitas 108 cirurgias. Um hospital pequeno porte, mas que operou 108 pacientes. É um número razoavelmente bom de cirurgias. Cirurgias da cirurgia-geral, ginecológica, de obstetrícia e cirurgias, algumas poucas, da urologia.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Ok. Então, vamos fazer alguns outros Requerimentos com relação ao que foi questionado: litotripsia, aplicação de intravítrea para evitar as cirurgias intraoculares, vamos fazer outros Requerimentos por escrito para entregar à Sesau. E agradecer a presença do Secretário e de todos os presentes da equipe, os deputados que estão aqui presentes. Os Requerimentos serão encaminhados posteriormente.

Então, neste momento, desfaz-se a Comissão Geral. E voltamos à Sessão.

(Às 21 horas e 22 minutos, encerra-se a Comissão Geral e retorna-se aos trabalhos da Sessão Extraordinária)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a se tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária, para o dia 10 de novembro, no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 21 horas e 23 minutos)

(Sem revisão dos oradores)